

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BÁRBARA CARDOSO MARQUES

**A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, EVIDENCIADAS
NAS DEMONSTRAÇÕES RECEBIDAS PELA AGÊNCIA DE
ITAPETINGA DO BANCO NORDESTE DO BRASIL EM 2014/2015, E
SUAS INFLUÊNCIAS NO ESTUDO DO LIMITE DE CRÉDITO DE
CLIENTES PESSOAS JURÍDICAS.**

VITÓRIA DA CONQUISTA

2016

M315q Marques, Bárbara Cardoso.

As qualidades das informações contábeis, evidenciadas nas demonstrações recebidas pela agência de Itapetinga do Banco do Nordeste do Brasil em 2014/2015, e suas influências no estudo do limite de crédito de clientes pessoas jurídicas. / Bárbara Cardoso Marques, 2016.

75f.

Orientador (a): Msc. Abmael da Cruz Farias.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

Inclui referências. 72- 74.

1. Análise de crédito - Crédito bancário. 2. Concessão de crédito – Risco de crédito. 3. Análise das demonstrações contábeis. I. UESB. I. Farias, Abmael da Cruz. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

BÁRBARA CARDOSO MARQUES

**A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, EVIDENCIADAS
NAS DEMONSTRAÇÕES RECEBIDAS PELA AGÊNCIA DE
ITAPETINGA DO BANCO NORDESTE DO BRASIL EM 2014/2015, E
SUAS INFLUÊNCIAS NO ESTUDO DO LIMITE DE CRÉDITO DE
CLIENTES PESSOAS JURÍDICAS.**

Projeto monográfico apresentado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para aprovação na matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração:
Contabilidade Empresarial

Orientador: Msc. Abmaelda Cruz Farias

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2016

BARBARA CARDOSO MARQUES

**A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, EVIDENCIADAS
NAS DEMONSTRAÇÕES RECEBIDAS PELA AGÊNCIA DE
ITAPETINGA DO BANCO NORDESTE DO BRASIL EM 2014/2015, E
SUAS INFLUÊNCIAS NO ESTUDO DO LIMITE DE CRÉDITO DE
CLIENTES PESSOAS JURÍDICAS.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Empresarial

Orientador: Abmael da Cruz Farias

Vitória da Conquista, 06 de Maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Abmael da Cruz Farias Titulação
Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP
(Orientador)

Paulo Fernandes de Oliveira Pires
Mestre em Contabilidade pela FVC
Professor Adjunto da UESB

Alexssandro Campanha Rocha
Mestre em Educação pela UFBA

Para Alana. É possível o lar ser uma pessoa e não um lugar?

RESUMO

O presente trabalho monográfico buscou refletir sobre a qualidade das informações disponibilizadas pelas empresas brasileiras em suas demonstrações contábeis, recebidas pela agência de Itapetinga, do Banco do Nordeste do Brasil, nos períodos 2014/2015 e sua influência no estudo do limite de crédito. Para tanto, foi usada a metodologia qualitativa, documental e explicativa em 10 empresas que operam na Agência, explorando a qualidade das informações prestadas e se elas foram suficientes para gerar limites consistentes, o que se provou falso, com a fixação de limites não sendo direcionada pelos aspectos qualitativos apresentados nas demonstrações, tendo como prováveis consequências aumento do risco do cliente, diminuição da satisfação do cliente na eficácia do fomento das atividades econômicas da região.

Palavras-Chave: Análise de Crédito; Crédito Bancário; Concessão de Crédito; Risco de Crédito; Análise das Demonstrações Contábeis

ABSTRACT

This monographic work sought to reflect on the quality of the information made available by Brazilian companies in their financial statements, received by the Agency of the Banco do Nordeste, Itapetinga of Brazil 2014/2015 periods and their influence on the study of the credit limit. It was used the qualitative methodology, and explanatory documentary in 10 companies operating the Agency, exploring the quality of information provided and whether they were sufficient to generate consistent limits, which proved false, with the fixing of limits being directed by qualitative aspects presented in the demonstrations, with probable consequences increase customer risk, decreased customer satisfaction on the effectiveness of the promotion of economic activities in the region.

Keywords: credit analysis-bank credit – credit – Credit Risk – analysis of financial statements

SÚMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 TEMA.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	9
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 PROBLEMATIZAÇÃO.....	10
1.3.1 Questão Problema.....	11
1.3.2 Questões Secundárias.....	11
1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA.....	11
1.5 JUSTIFICATIVA.....	12
1.6 RESUMO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	12
1.7 – VISÃO GERAL.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 - ESTADO DA ARTE.....	14
2.2 MARCO TEÓRICO.....	15
2.2.1 Características qualitativas da informação contábil.....	19
2.2.2 – O Banco do Nordeste do Brasil.....	42
2.2.3 Relatórios contábeis.....	24
2.2.3.1 Balanço Patrimonial.....	24
2.2.3.1-A) Ativos.....	26
2.2.3.1-B) Passivos.....	27
2.2.3.1-C) Patrimônio Líquido.....	28
2.2.3.2 Demonstração Do Resultado Do Exercício.....	30
2.2.3.3-A) Receitas.....	31
2.2.3.3-B) Despesas.....	32
2.2.3.4 Relatório de Análise das demonstrações contábeis.....	33
2.2.3.5 Sistemas Contábeis.....	36
3 METODOLOGIA.....	44
4ANÁLISE DE DADOS.....	46

4.1 RELEVÂNCIA.....	46
4.2 COMPREENSIBILIDADE.....	52
4.3 CONFIABILIDADE/VERIFICABILIDADE.....	58
4.4 MATERIALIDADE.....	62
4.5 COMPARABILIDADE.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6 REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida se localiza no âmbito da Contabilidade Empresarial que versa sobre a análise das demonstrações financeiras, mas, sobretudo, da qualidade das informações que servirão de base para decidir, fixar caminhos e objetivos para uma empresa. Pode ser utilizada em todas as funções administrativas dentro ou fora da empresa. Exemplo disso se passa com a obtenção de crédito junto às instituições financeiras que é o foco dessa pesquisa.

As empresas atuantes no mercado possuem necessidade de expandirem seus negócios, e para que isso ocorra é possível recorrer a capital próprio ou de terceiro. A injeção de recursos de terceiros, dentre eles o crédito oferecido pelas instituições financeiras, pode ser uma alternativa interessante desde que as informações existentes permitam julgar, decidir ou concluir sobre a opção mais adequada para cada caso. A análise das informações, inclusive contábeis, é feita pelo investidor ou captador de recursos. Por isso, elas ganham ainda maior relevância e necessitam preencher os requisitos mínimos de qualidade.

As instituições financeiras no Brasil ocupam um lugar de muita importância na sociedade, uma vez que possuem o capital que os empresários necessitam para alavancarem seus negócios. A sociedade brasileira tem o costume de captar recursos nessas instituições e preparam as informações com o objetivo de ver seu crédito aprovado por elas. Diferentemente de outros países do mundo que há preferência de captação junto a investidores particulares (pessoas físicas ou jurídicas) chamados comumente de acionistas ou quotistas, o que remete a essa pesquisa dois tipos de modelos contábeis: a) aquele voltado para os Bancos e aquele outro voltado para demais investidores. Entretanto o foco desse trabalho encontra-se no primeiro caso, característico do ambiente brasileiro dos negócios.

Assim, no referido ambiente negocial, essas instituições atuam como agente intermediador ou provedor de crédito em relação às entidades empresariais que constitui a principal forma de fomento econômico. A instituição financeira, porém, mais do que preocupada apenas com o desenvolvimento econômico do país, busca o retorno do capital investido por seus acionistas, do qual depende sua própria sobrevivência. Nesse sentido, buscam maior conhecimento das empresas tomadoras de crédito, visando garantir a efetividade do negócio, traduzido na probabilidade mínima de perda de um capital emprestado e seus encargos. Essas informações que as instituições financeiras buscam são obtidas através da análise de crédito, onde é feita a análise de demonstrações contábeis e indicativos

financeiros, com o objetivo de identificar, averiguar e sistematizar informações sobre o tomador, conhecendo sua performance, solidez, estrutura financeira, liquidez.

Essas digressões são por demais importantes dado que o trabalho pretendeu mostrar como as análises das demonstrações contábeis, servem de respostas para os analistas das instituições no momento da abertura de um crédito, tais como, capacidade de gerar resultados futuros, capacidade de pagamento e todos os riscos que envolvem nos negócios durante a liberação de recursos, evidenciando como um controle financeiro eficiente é importante quando surge à necessidade de adquirir recursos financeiros.

Assim, buscou-se obter uma amostra de 10 demonstrações contábeis na agência de Itapetinga-BA, no Banco do Nordeste do Brasil, no período de 2014/2015, analisando a qualidade das informações fornecidas pelas empresas, no intuito de verificar se elas refletiram êxito na geração de créditos para as mesmas. A pesquisa fez-se necessária ao constatar, em trabalhos práticos anteriores, a postura das empresas em disponibilizar ao mercado informações que são suficientes para a geração dos créditos, sem traduzir a correta situação sócio-econômico-financeira.

1.1 TEMA

O Tema é: As qualidades das informações, evidenciadas nas demonstrações contábeis recebidas pela agência de Itapetinga, do BNB, em 2014/2015 e sua influências no estudo do limite de crédito de clientes pessoas jurídicas.

1.2 OBJETIVOS

Sendo os objetivos relacionados ao problema/questão que motivou a realização deste trabalho, serão divididos em objetivo geral, relacionados aos resultados mais abrangentes para os quais este trabalho pretendeu contribuir e os objetivos específicos, que incluem, também, os produtos que se foram gerados com a execução do trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a qualidade das informações, evidenciadas nas demonstrações contábeis recebidas pela agência de Itapetinga, do BNB, em 2014/2015 e sua influência no estudo do limite de crédito de clientes pessoas jurídicas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as seguintes qualidades das informações contábeis: a) Relevância; b) Compreensibilidade;c)Confiabilidade/ Veracidade;d)Comparabilidade; e)Materialidade; f)Transparência;
- Evidenciar as qualidades das informações contábeis apresentadas pelos clientes da Agência de Itapetinga-BA do BNB influenciamna geração de limites de créditos bancários.

Abordar-se-á, a seguir, as principais questões elucidadas com este trabalho.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

A formulação do problema é a continuidade da delimitação da pesquisa, indicando qual a dificuldade que se pretende resolver ou responder. É a apresentação da ideia central do trabalho, tendo o cuidado de evitar termos equívocos e inexpressivos. É o desenvolvimento da definição clara e exata do assunto a ser desenvolvido. Assim, pretendeu-se trazer, de modo específico a questão problema e, um pouco mais expansivo, as questões secundárias.

1.3.1 Questão Problema

- As qualidade das informações contábeis, evidenciadas nas demonstrações contábeis recebidas pela agência de Itapetinga, do BNB, em 2014/2015 influenciam no estudo do limite de crédito de clientes pessoas jurídicas?

1.3.2 Questões Secundárias

- Quais das seguintes qualidades das informações estão presentes nas demonstrações contábeis: Relevância; Compreensibilidade; Confiabilidade/ Veracidade; Comparabilidade; Materialidade; e Transparência?
- As qualidade das informações contábeis apresentadas pelos clientes da Agência de Itapetinga-BA do BNB influenciam na geração de limites de créditos bancários.

Na sequência, será demonstrada a hipótese que a pesquisadora acreditava obter ao final do trabalho.

1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA

A hipótese orienta o planejamento dos procedimentos metodológicos necessários à execução da pesquisa. Irá definir até onde deverá chegar e, portanto, será a diretriz de todo o processo de investigação.

Neste trabalho, acreditava-se que as qualidades das informações fornecidas pelas empresas ao Banco do Nordeste, na Agência de Itapetinga, não influenciam na obtenção de limites de crédito.

A seguir, apresenta-se a justificativa deste trabalho, evidenciando a relevância da pesquisa e a contribuição para compreensão do problema elencado.

1.5 JUSTIFICATIVA

Em todo o mundo, muito se tem discutido sobre a transparência e a qualidade na divulgação das informações contábeis necessárias à consecução do objetivo da Contabilidade. Sendo os usuários da Contabilidade segregados grupos dos usuários externos e o dos usuários internos, as informações oferecidas pelas entidades devem atender a estes dois públicos distintos.

Sendo assim, a relevância deste trabalho está na abordagem dessas informações, verificando-se as qualidades das mesmas e se atendem tanto às instituições financeiras, representando os usuários externos, como as próprias empresas, representando os usuários internos. Nesse contexto, as demonstrações financeiras foram ferramentas chave para análise de crédito, oferecendo dados que apontaram as condições de definir as reais capacidades financeiras das empresas.

Tais argumentos são de fundamental importância para os profissionais de Contabilidade que atuam na área empresarial, em especial os atuantes nas empresas cujas demonstrações contábeis são mais elaboradas, devido ao seu porte.

No âmbito acadêmico, têm-se a importância de trazer à Universidade embasamento harmonioso sobre a importância da qualidade da informação contábil aos novos profissionais no mercado, influenciando a nova geração de contadores.

Sem esgotar as contribuições que este trabalho abarca, pode-se afirmar o ganho da pesquisadora com o conhecimento sobre a análise do crédito em detrimento das demonstrações contábeis, dado o fato de ser, essa, apertada área de atuação da mesma.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa teve a abordagem paradigmática qualitativa, construída com bases hipotético-dedutiva, com cunho interpretativo e foi apoiada na análise documental. Como eixo principal de procedimentos, trata-se de pesquisa explicativa, sustentada também por pesquisa documental e bibliográfica, a qual utilizou como instrumentos de coleta de dados relatórios contábeis de empresas interessadas na obtenção de créditos, cujos limites foram gerados a partir de demonstrações: a) Balanço Patrimonial; b) DRE c) Documentos Fiscais. Trabalhou-

se com universo amostral dos relatórios contábeis fornecidos por 10 empresas à Agência do Banco do Nordeste do Brasil, em Itapetinga – BA, nos períodos de 2014/2015.

1.7 – VISÃO GERAL

Apresenta-se a seguir um relato monográfico que contém 5 capítulos. O primeiro refere-se à introdução com seus itens essenciais; o segundo contém a teoria sobre o assunto e divide-se em duas grandes partes: Estado da arte e o Marco teórico que trazem, de uma forma mais clara e compreensível, o que são qualidades das demonstrações contábeis; o terceiro expõe a metodologia da pesquisa; no quarto, segue-se a análise os dados coletados; por fim, o quinto capítulo, que apresenta um resumo do trabalho, explicitando as considerações finais desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - ESTADO DA ARTE

A Contabilidade tem como um de seus principais objetivos a comunicação da situação patrimonial e financeira das entidades, em determinado período, aos seus usuários. Para que essa função seja realizada com êxito, constantemente, a Ciência Contábil aprimora seus mecanismos de registro, controle e evidenciação, de forma a se adequar às realidades e necessidades dos usuários no que tange à mensuração e divulgação de informações relevantes.

Considera que os objetivos da Contabilidade podem se alternar de acordo com a característica do usuário:

1. A visão de que os usuários das demonstrações financeiras são desconhecidos e têm diversos interesses: Daqui pode-se deduzir que o demonstrativo financeiro deve conter dados, em vez de informações.
2. A visão de que os usuários das demonstrações financeiras são conhecidos e têm um interesse específico: Daqui se pode deduzir que as demonstrações financeiras devem conter informações relevantes aos modelos de decisão de cada usuário especificamente, considerando-se o conceito de "números diferentes para diferentes finalidades". (Most, 1977, p. 107)

Choi, Frost e Meek (1999) afirmam que a contabilidade executa uma função de prestação de serviços à sociedade. Portanto, para manter-se tecnicamente e socialmente útil, ela deve responder às necessidades da sociedade e refletir as condições culturais, econômicas, jurídicas, sociais e políticas do meio em que opera, o qual se apresenta em constante mudança. Dado o interesse em ser reconhecida como uma ferramenta útil à sociedade cabe à Contabilidade a eleição de instrumentos que proporcionem a ela a capacidade de ser inteligível ao usuário das informações prestadas.

Nesse contexto, a análise financeira da situação patrimonial de uma entidade transcende apenas aos relatórios contábeis. Na verdade, o que interessa aos usuários dessas informações é a empresa e não as demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis são apenas canais de informação sobre a empresa, tendo como objetivo principal subsidiar a tomada de decisão. Assim, torna-se evidente a necessidade de trabalhar com informações de qualidade para chegar a um relatório de análise com o esmero necessário.

Para esse trabalho, foram feitas inúmeras pesquisas a respeito das qualidades das demonstrações contábeis e sobre a concessão de crédito bancário. O trabalho usado pelo

pesquisador como base teórica foi: “A Importância da Análise das Demonstrações Contábeis na Concessão de Crédito”, de Paulo de Tarso Dutra Lima Junior. Projeto Monográfico defendido em 2010.

O artigo que embasou teoricamente esta pesquisa foi encontrado através do site “www.scholar.google.com.br”, conhecido como “Google Acadêmico”. Para tanto, foi empregado o seguinte termo para a busca “qualidades das demonstrações contábeis e crédito bancário”. O trabalho monográfico de Paulo contribuiu para a sustentação teórica do trabalho, principalmente quando se trata da influência de uma boa demonstração para análise do crédito.

Como esse, também existe uma gama de trabalhos acadêmicos, artigos, literatura e publicações que abordam as qualidades das demonstrações contábeis, os usuários e as mais variáveis formas de análise crédito, sejam por índices ou análises de balanços. Faz mister observar que a matéria sobre o tema é absolutamente extensiva, e os temas são alvos de inúmeros trabalhos acadêmicos e seminários. Foram consultados trabalhos que versam sobre o tema proposto, entretanto, nenhum possui a abordagem a qual este trabalho está direcionado. Assim, tem-se um leque de material para embasamento. Porém, as abordagens feitas no presente trabalho são conjecturas inéditas, desenvolvidas a partir dos estudos supracitados, abordadas a seguir, no marco teórico.

2.2 MARCO TEÓRICO

A contabilidade tem por objeto o estudo do patrimônio, através da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam os ativos e passivos das pessoas físicas ou jurídicas, seja o resultado da consolidação desses elementos, ou outras entidades distintas, ou a subdivisão de uma entidade em parcelas menores que mereçam ser acompanhadas em suas mutações e variações (IUDÍCIBUS e MARION, 1999, p. 56).

Os usuários da informação contábil, que acompanham essas mutações e variações, podem ser internos ou externos à entidade. Os usuários internos são representados pelos administradores e funcionários. Já os usuários externos são acionistas, credores e autoridades governamentais, ou seja, são pessoas que, direta ou indiretamente, têm interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade.

Assim, a Contabilidade, segundo Fayol (1994), constitui-se no órgão de visão das empresas. Nesse sentido, deve revelar, a qualquer momento, a posição e o rumo do negócio, além de fornecer informações exatas, claras e precisas sobre a situação econômica da empresa. Desse modo, entende-se que uma contabilidade, simples e clara, dê ideia exata das condições da empresa, e transforma-se num poderoso meio de direção.

A contabilidade influencia a tomada de decisões em uma empresa, medida em que o gestor se utiliza das informações por ela geradas. Há, por parte dos administradores, a necessidade de informações adequadas e oportunas para subsidiar o processo decisório das empresas. O fato de se poder contar com as informações em tempo hábil é de fundamental importância para o processo decisório da empresa.

Assim, quanto maior a sintonia entre a informação fornecida e as necessidades informativas dos gestores, melhores decisões poderão ser tomadas. No entanto, para que a informação contábil seja usada no processo decisório é necessário que ela seja inteligível para seus usuários. (BEUREN:1998,p.28)

A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de não ser uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é condizente com o que é aparentado na sua forma legal.

Inseridos nesse contexto, a análise das Demonstrações Contábeis, portanto, têm por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando o conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e também servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa.

Para Assaf Neto (2010,p.35), “a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futura.” Em outras palavras, através da análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, sobre a posição atual, e fornece subsídios para a projeção da posição futuro da empresa.

Matarazzo (2010, p. 1) afirma que “a Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões.” As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A

Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficientes quanto melhores informações produzir.

Para fins de atendimento dos usuários da informação contábil, a entidade deverá apresentar suas demonstrações contábeis de acordo com as normas regulamentares dos órgãos normativos. Um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui os seguintes componentes: balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, podendo ser substituído pela demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade em notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis. Entretanto, para determinadas empresas (como as de pequeno e médio porte), há dispensa de parte das demonstrações, conforme quadro-resumo:

Quadro 01-Quadro Resumo - Obrigatoriedade da Apresentação das Demonstrações Contábeis no Brasil

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME/EPP	PMEs	ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS
Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Não Exigido
Demonstração de Lucros (Prejuízos) Acumulados	Facultativo	Facultativo	Não Exigido
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: CRC-PR (2015)

Considerando essas informações, percebe-se que a prática do mercado brasileiro foge ao que seria ideal para a postura das empresas, no que tange as informações prestadas em suas demonstrações. Isso porque, diferentemente de países como Estados Unidos, cuja principal

fonte de recursos de terceiros são acionistas ou investidores, exigentes no que tange as informações das empresas que irão investir, no Brasil têm-se como maior fomentador de empresas, as instituições financeiras, cuja exigibilidade da qualidade das demonstrações não ensejava fator determinante para aprovação de recursos para as entidades. Alinhando esse pensamento, o que se percebe no comportamento das empresas brasileiras é a atenção voltada a prestar esclarecimentos apenas os órgãos fiscais, sem aprofundar nos elementos técnicos e elaborados das demonstrações.

Entretanto, com o avanço dos sistemas de informação e o desenvolvimento de tecnologias que permitem o cruzamento de dados e conciliação de informações, as Instituições financeiras estão, cada vez mais, buscando uma adequação de suas políticas de crédito para serem associadas às informações de patrimônio e renda prestadas pelas empresas. Os bancos querem um conhecimento maior da empresa tomadora, para que se tenha confiabilidade de emprestar com segurança e reduzir ao máximo os riscos que, diante da impossibilidade de ser eliminado, ele é minimizado na correta análise de crédito, através da análise dos demonstrativos contábeis, com o objetivo de obter maiores informações sobre o tomador e conhecer sua capacidade de pagamento.

Segundo SCHRICKEL (2000), a análise de peças e demonstrações contábeis é uma parte importante e nunca desprezível da análise de crédito, pois permite lidar com questões quantitativas objetivamente verificáveis. Ele enfatiza sua opinião sobre a importância da contabilidade na análise de crédito:

“Talvez o balanço geral da empresa represente apenas 10% ou até menos, de uma decisão de crédito, porém, são 10% importantes no conjunto da decisão. E realmente índices por si só não dizem nada, mas uma análise criteriosa do que existe por trás de cada índice pode nos trazer muitas conclusões valiosas”. (SCHRICKEL, 2000)

Por estes motivos, é que as informações contábeis prestadas em suas demonstrações devem possuir o nível de qualidade suficiente para atender seus usuários. Assim, a necessidade de conhecimento sobre o que é apresentado às instituições deve ser consoante com a realidade e capaz de integrar a informação monetária e não monetária, constituindo uma ferramenta de controle das operações e fornecendo informação útil para a tomada de decisões.

Essa visão é de suma importância para uma empresa que pretende evoluir, pois através de uma demonstração contábil, obtêm-se informações importantes sobre sua posição econômica e financeira. Permitem aos analistas tirarem conclusões através de dados

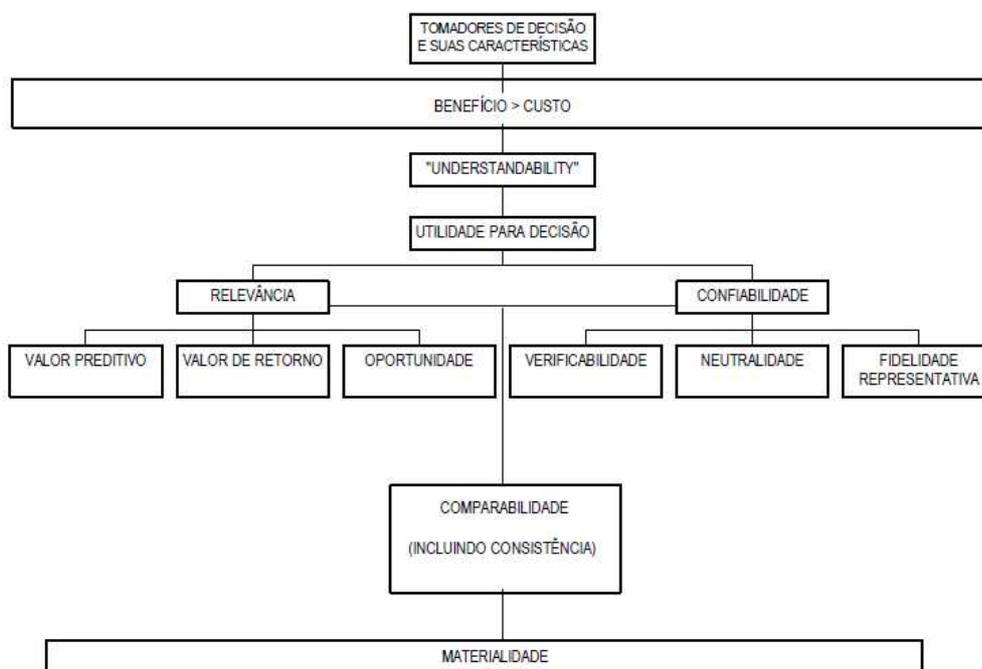
relevantes a fim de verificar se a empresa analisada em um determinado momento merece crédito ou não, se a mesma tem capacidade de pagar suas obrigações, se vem sendo bem administrada, se sua atividade operacional oferece uma rentabilidade que satisfaz as expectativas dos proprietários de capital, e se irá falir ou se continuará operando, entre outros fatores. Uma análise consistente depende das qualidades das informações analisadas e da acurácia do analista.

2.2.1 Características qualitativas da informação contábil

Têm-se as qualidades das Demonstrações Contábeis como fator de fundamental importância para ter-se uma análise de crédito capaz de refletir a real situação da empresa. Tais qualidades, de que dispõem os responsáveis pela tomada de decisões, podem ser um diferencial para a empresa perante os concorrentes. As qualidades que as informações contábeis devem conter podem ser visualizadas na Figura 1, abaixo:

Figura 1-Hierarquia das qualidades da informação contábil

A HIERARQUIA DAS QUALIDADES DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL



Fonte: Hendriksy, 2007

As características qualitativas das demonstrações são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC 1, As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Assim, de acordo com o NBC-T1, uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade, e se disponham em estudar as informações com razoável diligência. Todavia, informações sobre assuntos complexos, que devam ser incluídas nas demonstrações contábeis por causa da sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários, não devem ser excluídas em nenhuma hipótese, inclusive sob o pretexto de que seria difícil para certos usuários as entenderem. Assim, a compreensibilidade caracteriza-se por qualidade essencial e possui como elementos básicos o valor preditivo, o valor como *feedback* e o processo decisório. O valor preditivo é a qualidade da informação que ajuda os usuários a aumentar a probabilidade de prever corretamente eventos futuros. O valor como *feedback*, segundo Hendriksen e VanBreda(1999,p.98),é “a informação a respeito do resultado de uma decisão.” Através do *feedback* o gestor pode avaliar as decisões anteriores,visualizando os erros e acertos,o que o possibilita a efetuar medidas corretivas se achar necessário. Por último, o processo decisório necessita de informações relevantes e oportunas. A informação deve ser oportuna, quer dizer estar disponível a um indivíduo que deseja tomar uma decisão antes de perder sua capacidade de influenciar a decisão.Percorrendo alguns estudos realizados para avaliar a compreensibilidade das informações contábeis, verifica-se que efetivamente existe correlação entre o tipo de linguagem que se utiliza na elaboração das demonstrações contábeis e a forma como seus usuários percebem o seu conteúdo. Na maioria dos casos, observou-se que o usuário médio da contabilidade não consegue compreender as informações veiculadas nesses demonstrativos, por desconhecer o significado de muitos termos que são utilizados na evidenciação dos eventos econômicos. Nessas circunstâncias, os dados contábeis são mal interpretados ou subutilizados, deixando, portanto, de cumprir a finalidade a que se destinam.

Outra característica principal essencial é a confiabilidade. Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar. Uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode

potencialmente distorcer as demonstrações contábeis. A confiabilidade tem como elementos: a fidelidade de representação, verificabilidade e a neutralidade. Fidelidade de representação é a correspondência ou concordância entre uma medida ou descrição e o fenômeno que visa representar. Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As demonstrações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado. Além disso, precisa ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância. A verificabilidade é a capacidade de assegurar, por meio do consenso entre mensuradores, que a informação representa o que se destina a representar, ou que o método de mensuração foi utilizado sem erro ou viés. Por fim, a neutralidade quer dizer que não há viés na direção de um resultado predeterminado (HENDRIKSEN e VANBREDA,1999).

Uma importante implicação da característica qualitativa da informação é que os usuários devem ser informados das práticas contábeis seguidas na elaboração das demonstrações contábeis, de quaisquer mudanças nessas práticas, bem como do efeito de tais mudanças. Os usuários precisam ter informações suficientes que lhes permitam identificar diferenças entre as práticas contábeis aplicadas a transações e eventos semelhantes, usadas pela mesma entidade de um período a outro e por diferentes entidades, não devendo ser confundida com mera uniformidade, e não se deve permitir que se torne um impedimento à introdução de normas contábeis aperfeiçoadas. Assim, têm-se a qualidade de comparabilidade.

Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira. Conseqüentemente, a mensuração e apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes.

Por fim, no que tange às qualidades essenciais, vale pontuar o pertinente sobre a relevância. Quando há demora indevida na divulgação de uma informação, é possível que ela perca a relevância. Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as

decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. A Administração da entidade necessita ponderar os méritos relativos entre a tempestividade da divulgação e a confiabilidade da informação fornecida. Para fornecer uma informação em tempo oportuno, pode ser necessário divulgá-la antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a sua confiabilidade.

No que concerne às qualidades secundárias e interdependentes, a qualidade comparabilidade da informação implica em utilizar métodos e critérios uniformes ao longo do tempo, para o registro dos fatos contábeis e para a elaboração das demonstrações financeiras. Isso não significa, entretanto, que, uma vez adotado certo critério, este deva ser mantido indefinidamente. Só que, quando ocorre, devido aos efeitos de quebra de consistência, poderá prejudicar a comparabilidade das informações contábeis.

Dentre uma das qualidades secundárias, tem-se a materialidade. A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção. Assim, materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação necessita ter para ser útil.

Ademais, as demonstrações contábeis devem possuir uma representação adequada das transações e outros eventos que ela diz representar, para ser confiável. Assim, por exemplo, o balanço patrimonial numa determinada data deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam aos critérios de reconhecimento.

A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de não ser uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Isso pode decorrer de dificuldades inerentes à identificação das transações ou outros eventos a serem avaliados ou à identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir, adequadamente, informações que correspondam a tais transações e eventos.

Nesse contexto, para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é

consistente com o que aparenta ser, com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada.

Seguindo essa linha de raciocínio, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância. Assim, compõe-se o quadro de qualidades específicas com o atributo da integridade.

Ainda nesse aspecto, é importante caracterizar a qualidade transparência. Essa qualidade pode ser considerada como a disponibilização ampla de informações específicas sobre uma empresa para aqueles que estão fora da organização. Alguns autores consideram que a intensidade de evidenciação é um dos elementos que caracterizam aquela dimensão de transparência, que denominam *corporatereportinge* que compreende o fornecimento periódico de informações específicas, obrigatórias por lei ou não.

Na prática, é frequentemente necessário um balanceamento entre as características qualitativas. Geralmente, o objetivo é atingir um equilíbrio apropriado entre as características, a fim de satisfazer aos objetivos das demonstrações contábeis.

A importância relativa das características em diferentes casos é uma questão de julgamento profissional, mas está bastante atrelada a funções gerenciais, principalmente pela necessidade de competitividade, que impulsiona para que os gestores busquem novas e criativas maneiras de contribuir para a geração de lucro, que atualmente só é viável com controles de gestão. Para Atkinson et al. (2000, p. 37), a informação contábil - gerencial é “um dos meios primários pelo qual operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos recebem *feedback* sobre seus desempenhos, capacitando-os a aprenderem com o passado e melhorarem para o futuro”.

É importante salientar que, quando a empresa está em busca de lucratividade, concomitantemente, está à procura da eficácia do seu negócio. E, neste momento, necessita ter relatórios contábeis, saber compreendê-los e interpretá-los, de modo a auxiliar na obtenção do resultado almejado.

2.2.2 Relatórios contábeis

O relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Essas demonstrações retratam a situação do patrimônio e as mutações ocorridas em um determinado período de tempo. Dos relatórios que podem ser elaborados pela Contabilidade há os legais, que devem ser obrigatoriamente evidenciados, e os não obrigatórios, conhecidos como relatórios gerenciais.

Os relatórios gerenciais, conforme Boucinhas et al. (1997, p. 249), “devem ser objetivos, isto é, reportar o que realmente ocorreu; devem ser feitos a tempo; devem ser claros e facilmente entendidos”. Na literatura contábil, são contemplados alguns modelos de relatórios gerenciais. No entanto, devem ser elaborados a fim de atender o interesse e as necessidades específicas dos gestores.

Cabe, então, esclarecer a existência de relatórios legais e os gerenciais. Sobre os primeiros, as informações a serem divulgadas por uma organização necessita, em primeiro lugar, estar em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/2007: com os seguintes relatórios: da administração, as demonstrações financeiras e as notas explicativas que as integram e o parecer dos auditores independentes.

No que concerne aos relatórios gerenciais, têm-se: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração do Resultado Do Exercício (DRE) e Demonstração das Origens e Aplicações e Recursos (DOAR).

Contudo, considerando as particularidades das empresas objeto de estudo da pesquisa, que atuam no município de Itapetinga, aborda-se, na sequência, apenas as demonstrações legais cabíveis a elas e alguns relatórios gerenciais, a saber: balancete de verificação, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, movimentação de caixa e bancos.

2.2.2.1 Balanço Patrimonial

As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, agrupando-os em classes de acordo com as suas características econômicas. Essas classes são chamadas de elementos das demonstrações contábeis. Os

elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas. A demonstração das mutações na posição financeira usualmente reflete os elementos da demonstração do resultado e as mutações nos elementos do balanço patrimonial; assim sendo, esta Estrutura Conceitual não identifica nenhum elemento que seja exclusivo dessa demonstração.

A apresentação desses elementos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado envolve um processo de subclassificação. Por exemplo, ativos e passivos podem ser classificados por sua natureza ou função nos negócios da entidade, a fim de mostrar as informações da maneira mais útil aos usuários para fins de tomada de decisões econômicas.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido. Estes são definidos como segue:

- a) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

As definições de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não tentam especificar os critérios que precisam ser atendidos para que possam ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

Balancos patrimoniais elaborados de acordo com as normas devem incluir como ativo ou passivo itens que satisfaçam a essas definições.

2.2.2.1-A) Ativos

O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de um processo industrial alternativo que reduza os custos de produção.

A entidade geralmente usa os seus ativos na produção de mercadorias ou prestação de serviços capazes de satisfazer os desejos e necessidades dos clientes. Tendo em vista que essas mercadorias ou serviços podem atender aos seus desejos ou necessidades, os clientes se dispõem a pagar por eles e contribuir assim para o fluxo de caixa da entidade.

Os benefícios econômicos futuros de um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, um ativo pode ser:

- a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de mercadorias e serviços a serem vendidos pela entidade;
- b) trocado por outros ativos;
- c) usado para liquidar um passivo; ou
- d) distribuído aos proprietários da entidade.

Muitos ativos, por exemplo, máquinas e equipamentos industriais, têm uma substância física. Entretanto, substância física não é essencial à existência de um ativo; dessa forma, as patentes e os direitos autorais, por exemplo, são ativos, desde que deles sejam esperados benefícios econômicos futuros para a entidade e que eles sejam por ela controlados. Muitos ativos, por exemplo, contas a receber e imóveis, estão ligados a direitos legais, inclusive a direito de propriedade. Ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial; assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade.

Embora a capacidade de uma entidade controlar os benefícios econômicos normalmente seja proveniente da existência de direitos legais, um item pode satisfazer a definição de um ativo mesmo quando não há controle legal. Por exemplo, o *know-how* obtido por meio de uma atividade de desenvolvimento de produto pode satisfazer a definição de

ativo quando, mantendo o *know-how* em segredo, a entidade controla os benefícios econômicos provenientes desse ativo.

Os ativos de uma entidade resultam de transações passadas ou outros eventos passados. As entidades normalmente obtêm ativos comprando-os ou produzindo-os, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos; por exemplo: um imóvel recebido do governo como parte de um programa para fomentar o crescimento econômico da região onde se localiza a entidade ou a descoberta de jazidas minerais. Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não podem resultar, por si mesmos, no reconhecimento de ativos; por isso, por exemplo, a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de um ativo.

Há uma forte associação entre incorrer em gastos e gerar ativos, mas ambas as atividades não necessariamente coincidem entre si. Assim, o fato de uma entidade ter incorrido num gasto pode fornecer evidência da sua busca por futuros benefícios econômicos, mas não é prova conclusiva de que a definição de ativo tenha sido obtida. Da mesma forma, a ausência de um gasto não impede que um item satisfaça a definição de ativo e se qualifique para reconhecimento no balanço patrimonial; por exemplo, itens que foram doados à entidade podem satisfazer a definição de ativo.

2.2.2.1-B) Passivos

Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos. Obrigações surgem também de práticas usuais de negócios, usos e costumes e o desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa.

Deve-se fazer uma distinção entre uma obrigação presente e um compromisso futuro. A decisão da Administração de uma entidade de adquirir ativos no futuro não constitui, por si só, uma obrigação presente. A obrigação normalmente surge somente quando o ativo é recebido ou a entidade assina um acordo irrevogável de aquisição do ativo. Neste último caso, a natureza irrevogável do acordo significa que as consequências econômicas de deixar de

cumprir a obrigação, por exemplo, por causa da existência de uma penalidade significativa, deixem a entidade com pouca ou nenhuma alternativa para evitar o desembolso de recursos em favor da outra parte.

A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica na utilização, pela entidade, de recursos capazes de gerar benefícios econômicos a fim de satisfazer o direito da outra parte. A extinção de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, por exemplo, por meio de:

- a) pagamento em dinheiro;
- b) transferência de outros ativos;
- c) prestação de serviços;
- d) substituição da obrigação por outra; ou
- e) conversão da obrigação em capital.

Uma obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos creditícios. Passivos resultam de transações ou outros eventos passados. Assim, por exemplo, a aquisição de mercadorias e o uso de serviços resultam em contas a pagar (a não ser que pagos adiantadamente ou na entrega) e o recebimento de um empréstimo resulta na obrigação de liquidá-lo. Ou uma entidade pode ter a necessidade de reconhecer como passivos, futuros abatimentos baseados no volume das compras anuais dos clientes; nesse caso, a venda das mercadorias no passado é a transação da qual deriva o passivo.

Alguns passivos somente podem ser mensurados com o emprego de um elevado grau de estimativa. No Brasil esses passivos são descritos como provisões. A definição de passivo tem um enfoque amplo e assim, se a provisão envolve uma obrigação presente e satisfazem os demais critérios da definição, ela é um passivo, ainda que seu valor tenha que ser estimado.

2.2.2.1-C) Patrimônio Líquido

Embora o Patrimônio Líquido seja definido como um valor residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de apropriações de lucros e reservas para manutenção do capital podem

ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais. Podem também refletir o fato de que acionistas de uma entidade tenham direitos diferentes em relação ao recebimento de dividendos ou reembolso de capital.

A constituição de reservas é, às vezes, exigida pelo estatuto ou por lei para dar à entidade e seus credores uma margem maior de proteção contra os efeitos de prejuízos. Outras reservas podem ser constituídas em atendimento a leis que concedam isenções ou reduções nos impostos a pagar quando são feitas transferências para tais reservas. A existência e o valor de tais reservas legais, estatutárias e fiscais representam informações que podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários. As transferências para tais reservas são apropriações de lucros acumulados, portanto, não constituem despesas.

O valor pelo qual o patrimônio líquido é apresentado no balanço patrimonial depende da mensuração dos ativos e passivos. Normalmente, o valor do patrimônio líquido somente por coincidência é igual ao valor de mercado das ações da entidade ou da soma que poderia ser obtida pela venda dos seus ativos e liquidação de seus passivos numa base de item por item, ou da entidade como um todo, numa base de continuidade operacional.

Atividades comerciais e industriais, bem como outros negócios são frequentemente exercidas por meio de firmas individuais, sociedades limitadas, entidades estatais e outras organizações cuja estrutura legal e regulamentar pode ser diferente daquela aplicável às sociedades por ações.

O resultado é frequentemente usado como medida de desempenho ou como base para outras avaliações, tais como o retorno do investimento ou resultado por ação. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado são as receitas e as despesas. O reconhecimento e mensuração das receitas e despesas e, conseqüentemente, do resultado, dependem em parte dos conceitos de capital e de manutenção do capital usados pela entidade na preparação de suas demonstrações contábeis.

Por ser uma representação gráfica, o balanço patrimonial, precisa apresentar como qualidades essenciais para apreciação do crédito bancário, a compreensibilidade, a comparabilidade, relevância e transparência. Compreensibilidade para ser prontamente entendidas pelos usuários que irão analisar os limites de crédito; comparabilidade para poder comparar as informações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Isso é importante no

aspecto de limites de créditos para investimento; as informações devem também ser relevantes à necessidade dos usuários na tomada de decisões, então, a informação pode ser considerada relevante quando em algum instante influencie nas decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando e corrigindo as suas avaliações anteriores. Como se trata de uso das informações para análise da concessão do crédito bancário, considera-se relevante para essa análise, em relação ao BNB, os balanços que apresentem informações de depreciação; empréstimos e financiamentos e fornecedores. Nesse caso, as informações evidenciadas devem apresentar todos os itens considerados relevantes para analisar a concessão de crédito. As informações de depreciação irão influenciar na geração de limites de crédito para Aquisição isolada de Bens de Produção e Financiamento Integrado. As informações de empréstimos e financiamentos afetam os limites de capacidade de pagamento e a obtenção de limites para financiamento em aquisição isolada de bens de produção, financiamento integrado e capital de giro. As informações de fornecedores influenciam sobre o risco do cliente, dada a análise de mercado e concorrência e vulnerabilidades. No que tange a transparência, ela eleva credibilidade das empresas e influencia na geração do risco do cliente.

2.2.2.2 Demonstração Do Resultado Do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) evidencia, de forma estruturada, os componentes que provocam alteração na situação Patrimonial líquida em determinado período. Sendo assim, a DRE consubstancia-se da estruturação das contas que contemplam as receitas, custos e despesas de um determinado período.

Conforme Iudícibus(1998), a DRE pode ser simples para micro ou pequenas empresas que não requeiram dados organizados para a tomada de decisão, como é o caso de bares, farmácias, mercearias. Deve evidenciar o total das despesas deduzidas da receita, apurando-se, assim, o lucro, sem destacar os principais grupos de despesas.

As definições de receitas e despesas identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios que precisam ser satisfeitos para que sejam reconhecidas na demonstração do resultado.

- a) Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade; e
- b) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento em passivos, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

As receitas e despesas podem ser apresentadas na demonstração do resultado de diferentes maneiras, de modo que prestem informações relevantes para a tomada de decisões. Por exemplo, é prática comum distinguir entre receitas e despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade e as demais. Essa distinção é feita porque a fonte de uma receita é relevante na avaliação da capacidade que a entidade tenha de gerar caixa ou equivalentes de caixa no futuro; por exemplo, receitas oriundas de atividades eventuais como a venda de um investimento de longo prazo normalmente não se repetem numa base regular. Nessa distinção, deve-se levar em conta a natureza da entidade e suas operações. Itens que resultam das atividades ordinárias de uma entidade podem ser incomuns em outras entidades.

A distinção entre itens de receitas e de despesas e a sua combinação de diferentes maneiras também permitem demonstrar várias formas de medir o desempenho da entidade, com maior ou menor abrangência de itens. Por exemplo, a demonstração do resultado pode apresentar a margem bruta, o lucro ou prejuízo das atividades ordinárias antes dos tributos sobre o resultado, o lucro ou o prejuízo das atividades ordinárias depois desses tributos e o lucro ou prejuízo líquido.

2.2.2.3-A) Receitas

A definição de receita abrange tanto receitas propriamente dita como ganhos. A receita surge no curso das atividades ordinárias de uma entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e aluguéis.

Ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade, representando aumentos

nos benefícios econômicos e, como tal, não diferem, em natureza, das receitas. Consequentemente, não são considerados como um elemento separado nesta Estrutura Conceitual.

Ganhos incluem, por exemplo, aqueles que resultam da venda de ativos não correntes. A definição de receita também inclui ganhos não realizados; por exemplo, os que resultam da reavaliação de títulos negociáveis e os que resultam de aumentos no valor de ativos em longo prazo. Quando esses ganhos são reconhecidos na demonstração do resultado, eles são usualmente apresentados separadamente, porque sua divulgação é útil para fins de tomada de decisões econômicas. Esses ganhos são, na maioria das vezes, mostrados líquidos das respectivas despesas.

Vários tipos de ativos podem ser recebidos ou aumentados por meio da receita; exemplos incluem caixa, contas a receber, mercadorias e serviços recebidos em troca de mercadorias e serviços fornecidos. A receita também pode resultar da liquidação de passivos. Por exemplo, a entidade pode fornecer mercadorias e serviços a um credor em liquidação da obrigação de pagar um empréstimo.

2.2.2.3-B) Despesas

Definição de despesas abrange perdas, assim como as despesas que surgem no curso das atividades ordinárias da entidade. As despesas que surgem no curso das atividades ordinárias da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma de um desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.

Perdas representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades ordinárias da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tal, não são de natureza diferente das demais despesas. Assim, não são consideradas como um elemento à parte nesta Estrutura Conceitual.

Perdas incluem, por exemplo, as que resultam de sinistros como incêndio e inundações, assim como as que decorrem da venda de ativos não correntes. A definição de despesas também inclui as perdas não realizadas, por exemplo, as que surgem dos efeitos dos aumentos na taxa de câmbio de uma moeda estrangeira com relação aos empréstimos a pagar em tal moeda. Quando as perdas são reconhecidas na demonstração do resultado, elas são

geralmente demonstradas separadamente, pois sua divulgação é útil para fins de tomada de decisões econômicas. As perdas são geralmente demonstradas líquidas das respectivas receitas.

Assim, a DRE é uma demonstração que aponta qual o resultado obtido em um determinado período. Pela sua estrutura, é possível identificar quais são os gastos que mais contribuem para a redução do resultado e quais as receitas que mais contribuem para o aumento do mesmo. É possível através desta demonstração, saber se a entidade é uma empresa rentável ou não, quais os produtos ou serviços que mais contribuem com as receitas e, conseqüentemente, com o resultado. Para esse tipo de demonstração, as qualidades essenciais para obtenção de limites de crédito, junto ao BNB, são: **Compreensibilidade, materialidade, relevância, e confiabilidade**. A compreensibilidade das informações e do resultado, nessa demonstração, é suporte para geração de limites em relação ao Capital de Giro, no BNB. No aspecto material, um dos pontos a ser observado em relação à geração de limites de créditos no BNB é que, uma omissão ou distorção, do item depreciação/amortização na DRE, há influenciar nas decisões econômicas, em especial no sentido de gerar informações para limites de créditos para Aquisição Isolada de Bens de Produção, podendo uma omissão dificultar a interpretação para aprovação dessa linha de crédito. Dentre outros aspectos, isso torna a qualidade material determinante na obtenção de créditos. Esse aspecto caracteriza também a relevância da demonstração, pois se trata de item que, em algum instante, influencie nas decisões econômicas dos usuários. Na característica de confiabilidade, já que ela está associada a um único item, precisa-se de mais dados para que haja a comparação. Esta característica é essencial para comparar informações de uma demonstração com outra, analisar cada item relevante para uma determinada linha de crédito, certificar as informações, averiguar se elas procedem e subsidiar as linhas de créditos geradas.

2.2.2.4 Relatório de Análise das demonstrações contábeis

Das demonstrações contábeis, o administrador pode extrair informações úteis para a tomada de decisões, como os indicadores econômico-financeiros. Esses indicadores são índices de referência, para fins de análise internada em prestações comparativa com outras empresas do segmento.

Sob o prisma do investidor, a previsão do futuro é baseada na análise das demonstrações contábeis, ao passo que, do ponto de vista da administração, essa análise é útil como meio de antecipar as condições futuras e, mais importante, como ponto de partida para o planejamento de medidas que influenciarão o curso de eventos futuros. Uma análise de índices econômico-financeiros da empresa é geralmente o primeiro passo de uma análise financeira. Os índices destinam-se a mostrar as relações entre as contas das demonstrações contábeis (WESTON e BRIGHAM, 2000).

Como indicadores que são extraídos do balanço patrimonial pode-se citar: índice de liquidez corrente, índice de liquidez seca, índice de liquidez imediata e índice de liquidez geral. Martins e Assaf Neto (1996, p. 245) afirmam que “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas.”

Cada indicador traz informações diferentes para diferentes momentos de análise. Para uma ampla e correta análise de liquidez da empresa, é aconselhável o estudo dos quatro índices de forma simultânea e comparativa, sempre observando quais são as necessidades da empresa, qual o ramo do mercado em que ela está inserida e quais as respostas que os gestores procuram ao calcular estes índices. Desta forma, certamente a empresa irá melhorar as informações que subsidiarão uma melhor tomada de decisão dos gestores, levando a uma grande redução de riscos em relação ao seu futuro. Todos estes valores também podem ser obtidos no Balanço Patrimonial.

Relacionando as variadas contas do conteúdo demonstrado na DRE, o administrador pode obter índices que revelam o resultado da sua gestão. Os índices de lucratividade avaliam a capacidade de a empresa gerar lucros ou a capacidade de remunerar capitais empregados em suas atividades. Observa-se atentamente a lucratividade da empresa, pois, para continuar existindo, ela precisa ser lucrativa. Pode-se citar como exemplos desses indicadores: margem bruta; margem operacional; margem líquida; retorno sobre o investimento; retorno sobre o patrimônio líquido.

Weston e Brigham (2000, p. 60) enfatizam que:

A lucratividade é o resultado líquido de uma série de medidas e decisões. Os índices de lucratividade constituem uma série de índices que mostram os efeitos combinados da liquidez, da administração de ativos e da administração da dívida sobre os resultados operacionais. (Weston e Brigham, 2000, p. 60)

Ao utilizaras informações contidas no balanço patrimonial juntamente com informações obtidas na demonstração do resultado de exercício o administrador terá subsídios interessantes para a tomada de decisão. Como exemplos de indicadores obtidos a partir dessas duas demonstrações, podem-se citar os índices de atividade.

Os índices de atividade medem a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas ou caixa. Os exemplos de índices de atividade são: giro dos estoques; período médio de cobrança; período médio de pagamento; giro do ativo total. Marion (1993,p.483) esclarece que “para fins de análise, quanto maior for a velocidade de recebimento de vendas e de renovação de estoque, melhor. Por outro lado, quanto mais lento for o pagamento das compras, desde que não corresponda a atrasos, melhor.”

Cabe ressaltar que nenhum índice único ou isolado tem o poder de propiciar um julgamento definitivo da sua posição ou de seu desempenho, mas pode, contudo oferecer orientações confiáveis e úteis para a percepção do desempenho da empresa.

Na oportunidade, vale mencionar relatórios que apontem a movimentação de caixa e bancos. Caixa representa dinheiro à disposição da empresa. De acordo com o CRC-SP (2000,p.48), “o numerário em poder da empresa deve restringir-se apenas ao montante suficiente para pagamento de pequenas despesas diárias.”

Segundo Marion (1993,p.251), a empresa mantém recursos aplicados em caixa pelos seguintes motivos: *motivo transacional* –para atender as necessidades normais de suas operações; *motivo de preocupação* –para atender a situações inesperadas; *motivo de especulação*– para aproveitar oportunidades de negócios que surgem no decorrer do tempo.

O Boletim de Caixa visa, inicialmente, controlar a movimentação do caixa em determinado período, ou seja, representa as entradas e saídas de dinheiro, bem como o que dispõe o caixa para eventuais pagamentos que possam acontecer no decorrer do dia.

No que infere ao crédito bancário, para o BNB, as informações fornecidas de caixa, juntamente com o resultado líquido do exercício, vão interferir nos limites de créditos voltados para o capital de giro da empresa, avaliando a boa administração, materializado na análise de capacidade de pagamento e, na aprovação do limite.

2.2.2.5 Sistemas Contábeis

A grande deficiência encontrada nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras esta na apuração de uma adequada forma de evidenciação, considerando o fato de que a maioria dessas empresas não está obrigada por lei a realizar uma publicação de suas Demonstrações Contábeis. Em virtude deste fato, alguns contabilistas acabam se esquivando de prestarem informações a usuários externos, e, quando o fazem, cometem diversas imperfeições técnicas, propensas a crescimento de modo significativo.

Nesse caso, os problemas encontrados apresentam uma diversidade bastante grande. Estruturas e nomenclaturas de contas que não permitem o claro entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa são bastante constantes; A inexistência de qualquer tipo de evidenciação, cujas notas explicativas não figuram e ainda existe certo equívoco entre muitos profissionais que consideram estas últimas como sinônimas de evidenciação, as quais devem aparecer ao final das Demonstrações Financeiras, apenas para cumprir uma exigência legal.

Na contabilidade, a evidenciação é a demonstração da situação econômico-financeira e patrimonial de uma empresa, realizada com base nas informações advindas dos registros contábeis, seja através das demonstrações obrigatórias de publicação, seja através dos mais variados tipos de relatórios emitidos pelos contabilistas.

Segundo Iudícibus (1997), existem vários métodos para se realizar a evidenciação da situação da empresa, a saber:

a) Forma e apresentação das demonstrações contábeis: este método é, sem dúvida, o que contém a maior quantidade de evidenciação. A estrutura destas demonstrações contábeis, bem como a terminologia utilizada, visam uma melhor interpretação por parte do usuário;

b) Notas Explicativas: buscam evidenciar informações que não podem ser apresentadas no corpo da demonstração em virtude de seu caráter, geralmente não quantitativo. Estas Notas servem para ampliar as informações contidas nas demonstrações contábeis, bem como para prestar informações sobre fatos que não possuem escrituração contábil, porém interferem na disponibilidade patrimonial da empresa (como por exemplo garantias hipotecárias fornecidas a terceiros);

c) Quadros e demonstrações suplementares: estes quadros, algumas vezes incorporados nas próprias Notas Explicativas, servem para apresentar detalhes de itens

constantes das demonstrações contábeis, que dificultariam o entendimento do usuário se fossem ali demonstrados.

Ao analisar as várias maneiras existentes para realizar-se a evidenciação da situação da empresa, identificam-se uma série de dificuldades, a começar pela existência de diversos tipos de usuários, os quais possuem necessidades diferenciadas. Assim, as Demonstrações Contábeis, que são divulgadas, possuem formas e estruturas que não conseguem satisfazer diversos tipos de usuários. Vai mais além, chegando inclusive na própria titulação das contas utilizadas para o registro das transações.

Outra grande dificuldade para os contabilistas está em dimensionar, de modo adequado, a quantidade e a qualidade das informações a serem divulgadas para uma diversidade de usuários, com características e necessidades diferenciadas, visando atender estas necessidades, em determinado momento. No momento em que busca a qualidade da informação prestada ao usuário externo, nota-se que alguns títulos de contas não conseguem expressar, com clareza, os elementos que o compõe.

O tipo e a quantidade de evidenciação, conforme Hendriksen (1999) “[...] depende, em parte, de quão sofisticado o leitor possa ser ao interpretar os dados contábeis”. Iudícibus (1997) afirma que “não se pode esperar, e seria tolice pensar, que boas decisões de investimentos pudessem emanar de um leitor com vagas noções de Contabilidade e negócios.” Cabe aos *experts* em Contabilidade à interpretação dos demonstrações contábeis, pelos menos nas interpretações que demandem maior profundidade de análise, devendo ser, os contadores, os intermediários entre as empresas e os donos de capital.

O sentido da evidenciação é que a informação não relevante dever ser omitida a fim de facilitar o entendimento das demonstrações contábeis. Nessa senda, o relatório da administração é um importante complemento às demonstrações contábeis divulgadas pela empresa, uma vez que fornece informações adicionais aos usuários externos, as quais os auxiliarão no processo preditivo da evolução e dos resultados futuros da empresa, baseados no julgamento que os mesmos poderão fazer acerca do modo como os administradores estão tomando suas decisões.

A administração da empresa, através desse relatório, fornece aos usuários externos não só projeções, mas operações previstas para o futuro, que podem ser indicadores de tendências futuras.

Os dados fornecidos pelas demonstrações contábeis, por vezes não são suficientemente claros para que um analista externo possa interpretar os índices de rentabilidade, de liquidez e outros. Possuindo o relatório da administração, ele pode buscar

informações adicionais como, o setor de atuação da empresa, seu objetivo social, o estágio em que se encontra a empresa (em expansão, em implantação). Estas informações podem interferir de forma bastante significativa no processo de análise sobre as tendências futuras da empresa.

Isto porque, quando se considera a contabilidade uma linguagem, ela também terá diferenças na apresentação de seus sinais escritos ou gráficos, ou seja, as demonstrações contábeis. Inicialmente, tem-se a ideia de que essas diferenças são resultantes dos diferentes idiomas adotados pelos países, porém, além da heterogeneidade do idioma, podem ser encontradas outras razões que provocam estas diferenças nas normas e práticas contábeis.

Conforme os ensinamentos de Weffort (2005, p. 39), o fato de que diferentes países desenvolvem diferentes modelos contábeis pode ser explicado, de modo geral, pelas diferenças no ambiente. Tal justificativa, apesar de correta, é muito vaga e pouco útil para uma análise comparativa e crítica dos modelos contábeis.

O que ocorre é que, a partir dessa postura, os países passaram a receber diversas classificações devido à semelhança de seus sistemas contábeis, considerando o tamanho do mercado de ações, a cultura financeira, o sistema legislativo entre outras. No Brasil, entende-se que os sistemas contábeis e legais inter-relacionam entre si, sendo que o primeiro está caminhando ainda para pautar-se sobre as normas de contabilidade.

Quanto às diferenças no ambiente, as diferenças contábeis podem ser explicadas, também, com fundamento na linguagem. Considerada a Contabilidade a linguagem dos negócios, os relatórios contábeis seriam, na verdade, representações ou figuras da realidade. Se, “na prática, as figuras são subordinadas às influências sobre as quais elas são criadas e ao processo pelo qual elas são comunicadas” (Roberts et al., 1998), justificam-se as diferenças nos relatórios contábeis tanto pelas diferenças ambientais, em geral, como pelas diferenças nas percepções daqueles que preparam esse relatório (os contadores) e daqueles que os utilizam. (WEFFORT, 2005, p. 39). O mesmo autor afirma que a variedade de razões para as diferenças nas práticas contábeis pode está diretamente relacionada à características como (i) necessidades dos usuários das demonstrações contábeis; (ii) particularidades dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores); (iii) modelos pelos quais se pode organizar a sociedade na qual o modelo contábil se desenvolve, refletidos principalmente através de suas instituições; (iv) aspectos culturais e (v) outros fatores externos.

Segundo Lima (2010) “o processo de globalização mundial dos mercados expôs as diferenças das normas e padrões contábeis dos países. Tais diferenças tendem a reduzir com o processo de harmonização dessas práticas às IFRS”.

Acerca das evidentes diferenças entre as práticas contábeis, Nobes afirma que aspectos como “formas de financiamento por intermédio do qual as empresas buscam recursos”, e, “heranças obtidas por ter sido colonizado por outro país” influenciam as demais razões.

Pode-se considerar, portanto, que os fatores que preconizam qualquer diferenciação entre as normas contábeis praticadas nos diversos países têm a ver com a capacidade desses no desenvolvimento de um mercado de capitais sólidos ou existência de um sistema de crédito bancário ou governamental, e ainda, o fato de o país receber desde sua colonização um sistema financeiro pronto e aplicado no país que o colonizou.

Seguindo essa linha de pensamento, as abordagens acerca das diferenças nos sistemas contábeis apontam que as causas destas diferenças são: sistema legal vigente, forma de captação de recursos, nível de influência da profissão contábil, vinculação da legislação tributária com a escrituração mercantil, nível de qualidade da educação na área contábil, existência de um arcabouço conceitual teórico e o nível de desenvolvimento da teoria contábil, estrutura empresarial entre outras razões conforme Niyama (2007, p. 25).

O sistema legal *common law*, utilizado em países como Inglaterra e Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia, onde não se faz necessário detalhar as regras a serem aplicadas para todos os casos ou para todas as situações, e também, focando o que deve ser evitado, presumindo-se que o que não vem a ser proibido, é aceito.

Nesse sistema, é dada ênfase na apresentação das demonstrações dentro da visão justa e mais transparente para os acionistas, porém conforme Elliot e Elliot (1996), em países onde vigora o *common Law*, a criatividade para interpretar pode resultar em artifícios para aproveitar brechas legais.

No sistema legal *code Law*, adotado por países como Alemanha, França Japão, Brasil, Argentina e demais países da América Latina, é requerido um elevado grau de detalhamento das regras a serem cumpridas existindo menos flexibilidade na preparação das demonstrações contábeis e ainda a maior preocupação é com os credores do que com os acionistas ou quotistas.

Quanto à forma de captação de recursos, se um país tem características voltadas para financiar suas empresas com recursos do mercado acionário, suas demonstrações contábeis deverão contemplar informações que atendam aos acionistas. Da mesma forma, se as características do país é financiar as empresas com recursos do crédito bancário ou do governo, as informações das demonstrações contábeis deverão atender às necessidades do credor bancário ou governamental.

Nesse contexto, verifica-se – no tocante ao nível de influência da profissão contábil na elaboração de normas contábeis e no que se refere ao grau de credibilidade dos contadores e auditores perante a sociedade –, que em países onde o mercado de capitais é forte como, por exemplo, EUA, Canadá e Inglaterra, a profissão contábil sofre pouca interferência do governo e é responsável pela promulgação dos padrões contábeis e de auditoria.

A existência de um arcabouço conceitual teórico e o nível de desenvolvimento da teoria contábil está associada à existência de uma profissão contábil amadurecida, com status, e capaz de influenciar a edição de normas contábeis.

A existência de um arcabouço teórico sólido significa que os objetivos da contabilidade e das demonstrações contábeis têm um alicerce conceitual de padrões e princípios que fundamentam uma contabilidade, mais independente e mais imune às interferências governamentais como as de natureza tributária.

A estrutura empresarial em países desenvolvidos apresenta um mercado de capitais sólido com Bolsa de Valores atuantes e investidores interessados em informações econômico-financeiras. Em países emergentes começou, há alguns anos, uma crescente exigência de informações econômico-financeiras em razão da estrutura empresarial, ser pouco complexa como, por exemplo, o Brasil onde poucas empresas estão habilitadas a ter ações negociadas na Bolsa de Valores.

Isto posto, faz-se pertinente adentrar na questão da classificação dos sistemas contábeis, apresentados de forma abrangente na literatura contábil, lembrando que estes sistemas apresentam diferenças, conforme Niyama (2007, p. 16) citando Nobes e Perker (1998), “o número de tentativas que têm sido feitas para classificar sistemas contábeis nacionais é o mesmo esforço que os biólogos tentam fazer para classificar fauna e flora”.

De acordo com Nobes e Parker (1998), destacam-se dois grupos: o modelo Anglo-Saxão que tem como integrantes: Inglaterra, País de Gales, Irlanda, Escócia, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, Malásia, Índia, África do Sul e Cingapura, e o modelo Continental que é formado por: França, Alemanha, Itália, Japão, Bélgica, Espanha, Países do Leste Europeu e Países da América do Sul.

Segundo Niyama (2007, p.16), “o que distingue estes grandes grupos são suas características”, conforme observadas a seguir:

a) Modelo Anglo-Saxão:

- existência de uma profissão contábil forte e atuante;
- sólido mercado de capitais, como fonte de captação de recursos;

- pouca interferência governamental na definição de práticas contábeis e;
- as demonstrações financeiras buscam atender, em primeiro lugar, os investidores.

b)Modelo Continental:

- profissão contábil fraca e pouco atuante;
- forte interferência governamental no estabelecimento de padrões contábeis, notadamente a de natureza fiscal;
- as demonstrações financeiras buscam atender primeiramente os credores e o Governo em vez de investidores
- as demonstrações contábeis buscam atender, em primeiro lugar, os investidores.
- importância de bancos e outras instituições financeiras (inclusive governamentais) em vez de recursos provenientes do mercado de capitais como fonte de captação pelas empresas.

Desse modo, seguindo o posicionamento de Niyama (2007, p.17), a partir desta classificação, observa-se que se trata apenas de países desenvolvidos, ou seja, não se comenta países emergentes ou em desenvolvimento.

A contabilidade brasileira não está classificada, mas possui características do modelo da Europa Continental, sendo um instrumento de interesse do Estado essencialmente legalista, porém o sistema nacional começou a caminhar para o modelo Anglo-Saxônico, com a aprovação das novas leis que harmonizam as normas contábeis brasileiras às normas internacionais. Quanto à isso, Niyama afirma que:

Analizando-se particularmente o caso brasileiro, observa-se, à primeira vista, uma forte vinculação com o modelo da Europa Continental, caracterizado pela influência governamental na edição de normas contábeis, a pouca valorização da profissão contábil, e, ainda, por ser a educação na área contábil ainda de qualidade duvidosa, requerendo exames de suficiência e qualificação profissional continuada. Entretanto, em termos de financial reporting com a vigência da Lei nº 6.404/76 e os esforços da CVM para adaptação das normas contábeis internacionais, a disseminação cada vez mais acentuada do ensino da contabilidade baseada na escola norte-americana e a possível criação de um Comitê de Procedimentos Contábeis revelam que mudanças podem ocorrer no futuro. (NIYAMA:2005,p.21)

Saudagaran (2004), Walton (2003), Elliot e Elliot (2002), Nobes (1998) e Radebaughe Gray (1993) *apud* Niyama (2005), consideram que a forma de captação de

recursos é um fator relevante para elaboração da demonstração financeira. Isso ocorre uma vez que estas são elaboradas de acordo com as necessidades do usuário da informação, e este normalmente é quem está com o seu capital investido na empresa, sejam os acionistas ou investimentos realizados por bancos e governo.

A captação de recursos pelas empresas é dada de maneira distinta para cada um dos modelos. No modelo Continental, a principal forma de captação de recursos é pelo mercado de crédito bancário (empréstimos bancários ou com outros credores). No modelo Anglo-Saxônico capta-se recursos principalmente por meio do mercado de capitais (negociação de ações em bolsa de valores), sendo os investidores a principal fonte de recursos para as empresas (NIYAMA, 2005).

Nos países onde a forma de captação de recursos financeiros está centrada no mercado de capitais a profissão contábil é mais atuante. Isto é decorrência do aprimoramento do mercado de capitais a partir do surgimento de grandes corporações no início do século XX. O desenvolvimento deste mercado constituiu um ambiente propício para o avanço das teorias e práticas norte-americanas (IUDÍCIBUS, 1997).

Dentro desse contexto, destaca-se que as empresas no Brasil obtêm, predominantemente, recursos oriundos de instituições financeiras. Desse modo, percebe-se sua atenção está limitada em prestar esclarecimentos apenas a esses usuários, sem aprofundar nos elementos técnicos e elaborados das demonstrações. Essas instituições, entretanto, exigem uma adequação às suas políticas de crédito. Os bancos querem um conhecimento maior da empresa tomadora, para que se tenha confiabilidade de realizar empréstimos com segurança, reduzindo, ao máximo, o risco de crédito.

Diante da impossibilidade de se eliminar o risco de crédito, faz-se necessário que se realize uma análise de crédito, com base na análise das demonstrações contábeis, com o propósito de se obter maiores informações sobre o tomador, bem como de se conhecer sua capacidade de pagamento.

2.2.3 – O Banco do Nordeste do Brasil

O Banco do Nordeste do Brasil S. A.(BNB) é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: Atuar como Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste. Sua visão é a

de ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região.

Sua preocupação básica é executar uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região.

No tocante a sua forma de atuação possui ações complementares à concessão de crédito. Considera que a atividade que define uma instituição financeira é a concessão de crédito. Porém, para cumprir a missão de desenvolvimento em uma região com muitas potencialidades ainda não exploradas, o Banco do Nordeste entende que o crédito é necessário, mas não deve ser o único serviço oferecido.

Com esta convicção, o BNB criou diversos instrumentos que lhe possibilitaram atuar mais próximo dos clientes e ampliar suas atividades, indo além da intermediação financeira, buscando contribuir para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, associada à melhoria das condições de vida da população nordestina.

São ações antecedentes e subsequentes à concessão de crédito que vêm contribuindo para maior efetividade dos recursos aplicados, seja por darem maior capilaridade ao Banco, possibilitando maior aproximação com o cliente e conhecimento de seu negócio; seja por favorecerem a identificação de parceiros para implementação de iniciativas conjuntas, por exemplo, nas áreas de pesquisa, assistência técnica e apoio à comercialização.

O BNB dispõe hoje de uma variedade de linhas de crédito distribuídas nos principais setores do mercado. Cada um desses setores conta com programas de financiamento específicos para a sua atividade.

Para essas linhas de crédito, existe a subdivisão dos limites concedidos em linhas para: a) investimento; b) aquisição isolada de máquinas e equipamentos; c) aquisição de bens de produção; e d) capital de giro.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se configurou como uma pesquisa qualitativa, documental e explicativa e descritiva. Silva e Grigolo(2002) defende que a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa vem, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel. Segundo Gil (2008), a pesquisa explicativa tem como objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este tipo de pesquisa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Para tanto, a investigação foi de curta duração, pois se trabalhou em cima de documentos cujos atos já ocorreram. Ademais, a pesquisa teve abordagem qualitativa, apesar de prover informações de caráter quantitativo.

Moreira (2002) diz que o fato é que a pesquisa qualitativa não busca a generalização. Assim, a análise dos dados terá por objetivo, simplesmente, compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, em vez de produzir inferências que possam levar à constituição de leis gerais ou a extrapolações que permitam fazer previsões válidas sobre a realidade futura.

A coleta de dados foi realizada em cima de relatórios contábeis de 10 empresas, neste trabalho sendo caracterizadas como “empresa 01”; “empresa 02”; “empresa 03”; “empresa 04”; “empresa 05”; “empresa 06”; “empresa 07”; “empresa 08”; “empresa 09”; e “empresa 10”, fornecidos ao Banco do Nordeste do Brasil, na Agência de Itapetinga-BA, onde foi feita uma análise das informações apresentadas, explorando apenas a qualidade das informações prestadas e se estavam em acordo com o ideal exigido pelas normas brasileiras de contabilidade e qual a consequência dessa informação, não adentrando em qualquer aspecto pessoal e de identificação das empresas.

Para cumprir com os objetivos propostos neste trabalho, foi realizada a análise das demonstrações de empresas de Lucro Real e Lucro Presumido, recebidas pela agência do BNB de Itapetinga-Ba, nos períodos de 2014/2015. Foram escolhidas as empresas dos referidos regimes tributários por elas serem obrigadas a apresentarem, para análise do crédito, suas demonstrações contábeis e financeiras: Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado de Exercício, além da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, obrigatoriamente apresentada junto ao órgão fiscal. O conjunto da amostra conta com 10 (dez) empresas operantes na referida Agência, que obtiveram, após análise das

demonstrações apresentadas, limites de crédito para operarem junto à Instituição. Foram usadas apenas essas empresas que obtiveram limites porque ao ser negado os limites de crédito, o Banco tem a política de devolver os documentos para a respectiva entidade.

Foi trabalhado todo o Universo amostral, que representa parte dos clientes da Agência do Banco do Nordeste de Itapetinga-BA.

Nesse caso, foi feita uma observação não participante simples. O pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado (GIL, 2006). Na observação não participante, os sujeitos não sabem que estão sendo observados, o observador não está diretamente envolvido na situação analisada e não interage com objeto da observação. Nesse tipo de observação, o pesquisador apreende uma situação como ela realmente ocorre. (MOREIRA, 2004).

Para tanto, foi utilizada duas amostras de demonstrações para cada qualidade, evidenciando se essas demonstrações apresentam as mesmas, verificando se qualidade dessas demonstrações fazem diferença na hora de buscar recursos no mercado financeiro, se as demonstrações contribuem para a identificação da saúde financeira das empresas e, por fim, se as qualidades das informações contábeis apresentadas influenciam no estudo do limite de crédito de clientes pessoas jurídicas.

A interação se deu na análise dos documentos de modo comparativo, usando a mesma demonstração em empresas distintas, onde buscou verificara compatibilidade desses relatórios com os limites de crédito gerados, a partir dos elementos fornecidos pelas demonstrações. Por tratar-se de interpretação, após a análise, o resultado foi construído, refutando o que acreditava-se, inicialmente, de que as demonstrações não apresentavam as qualidades necessárias estipuladas pela norma brasileira de contabilidade. O trabalho resultou num conhecimento que buscava compreender e descrever a teoria para assim encontrar uma realidade temporária/provisória, que existe atuação e que sofreu refutações. Toda a discussão científica parte de um problema, ao qual se oferece uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa, passando-se depois a criticar a solução, com vistas à eliminação do erro, e tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas (POPPER, 1977, p.140-141).

Para tanto, com o apoio da doutrina, das normas contábeis e das demonstrações obtidas, a pesquisa obedeceu à seguinte linha de análise: Para chegar ao resultado, como foco principal, foi feita a abordagem de seis qualidades nas demonstrações contábeis recebidas: Relevância; Compreensibilidade; Confiabilidade/Veracidade; Materialidade; e Comparabilidade e transparência.

4ANÁLISE DE DADOS

Agora, passa-se a analisar os resultados da pesquisa feita no Banco do Nordeste do Brasil - BNB, demonstrando inicialmente as considerações sobre as qualidades nas demonstrações e em seguida, a influência na geração de limites de crédito.

4.1 RELEVÂNCIA

Inicialmente, realizou-se a análise do conteúdo do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado de Exercício, período 2015 apresentados pelas empresas 01 e empresa 02 no que tange a qualidade relevância das informações prestadas, conforme figuras abaixo.

Quadro 2– Balanço Patrimonial – Empresa 01

BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 01 - Ano referência 2015			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	448.047,28 D	PASSIVO	448.047,28 C
ATIVO CIRCULANTE	448.047,28 D	PASSIVO CIRCULANTE	159.586,67 C
DISPONÍVEL	308.647,14 D	FORNECEDORES	3.876,44 C
CAIXA	266.038,50 D	FORNECEDORES NACIONAIS	3.876,44 C
Caixa Geral	266.038,50 D	Cedep	3.876,44 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	42.608,64 D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	*** 49.745,70 C
Banco Bradesco S.A	42.608,64 D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	*** 49.745,70 C
OUTROS CRÉDITOS	**** 1.106,76 D	PIS/PASEP a Recolher	15,41 C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**** 1.106,76 D	COFINS a recolher	71,10 C
ICMS a recuperar	**** 329,10 D	CSLL Presumido a Recolher	15.542,56 C
Salário Maternidade a recuperar	**** 777,66 D	Imposto de Renda Presumido a recolher	2.515,411 C
ESTOQUES	125.693,38 D	Parcelamento Lei 12.996/2014	30.601,22 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	125.693,38 D	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	105.964,53 C
Mercadorias Para revenda ST	125.693,38 D	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	9.554,51 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.600,00 D	Salários e Ordenados a Pagar	8.151,87 C
IMOBILIZADO	12.600,00 D	Pró-Labore a Pagar	1.402,64 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERAMENTAS	12.600,00 D	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS	60.226,393 C
Máquinas e Equipamentos	25.500,00 D	INSS a recolher	56.091,87 C
(-) Deprec. De Máquinas, Equip. e Ferramentas	14.366,67 C	FGTS a recolher	3.911,18 C
Computadores e Periféricos	2.000,00 D	Contribuição Sindical a recolher	223,34 C
(-)Depreciação de Computadores e Periféricos	533,33 C	PROVISOES	****36.183,63 C
		INSS a sobre provisão para Férias	6.616,84 C
		FGTS sobre provisão para Férias	979,32 C
		Provisão para Férias e Encargos	28.587,47C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	****288.460,61 D
		CAPITAL SOCIAL	****10.000,00 C
		CAPITAL SUBSCRITO	**** 10.000,00 C
		Capital Integralizado	10.000,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 278.460,61 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 278.460,61 C
		(-) Prejuizos Acumulados	49.111,56 D
		(-) Prejuízo do exercício em Curso	327.572,17 C

Fonte:- Pesquisa de Campo

Quadro 3– Balancete de Verificação – Empresa 01

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - EMPRESA 01 - ANO REFERENCIA 2015	
CONTAS DE RESULTADO	CONTAS DE RESULTADO
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	CUSTO DOS PROD. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS
RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC E SERVIÇOS	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PROD. E MERCAD 5.009.374,96 C	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS 4.286.932,57 D
(=) RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC. SERVIÇO ** 5.009.374,96 C	(=)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS 4.286.932,57 D
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(=)Total - CUSTO DOS PRODUTOS, MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS 4.286.932,57 D
(-) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS	
(-) COFINS 743,09 D	DESPESAS OPERACIONAIS
(-) PIS/PASEP 161,06 D	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
(=) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS ***** 904,15 D	DESPESAS COM PESSOAL
	Salários e Ordenados 106.678,20 D
(-) - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA ***** 904,15 D	Pró-Labore 18.912,00 D
	13º Salário B37
(=) Total - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇO ** 5.008.470,81 C	Férias 19.867,78 D
	INSS 92.946,66 D
(=) Total - CONTAS DE RESULTADO ** 5.008.470,81 C	FGTS 12.732,09 D
	Assistência Médica e Social 313,43 D
	Contribuição Sindical 283,22 D
	(=) DESPESAS COM PESSOAL *** 259.881,75 D
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES
	IPTU 882,96 D
	Taxas Diversas 6.234,50 D
	Multas de Mora 49,63 D
	IOF 140,90 D
	CSLL Presumido 54.101,85 D
	IRPJ Presumido 12.260,32 D
	Simplex Nacional 72,28 D
	(=) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES ** 73.742,44 D
	DESPESAS GERAIS
	Material de Construção 3.898,64 D
	Água e Esgoto 536,18 D
	Telefone 5.850,26 D
	Despesas Postais e Telégrafos 121,60 D
	Material de Escritório 771,93 D
	Material de Higiene e Limpeza 144,80 D
	Depreciações e Amortizações 2.950,00 D
	Outros Materiais de Consumo 9.725,00 D
	Serviços Prestados por Terceiros - PJ 11.335,87 D
	Propaganda e Publicidade 709,40 D
	Outras despesas 318,00 D
	Manutenção de veículos 118,00 D
	Energia Elétrica 20.010,92 D
	Drogas e Medicamentos 3.035,01 D
	(=) DESPESAS GERAIS ** 59.525,61 D
	DESPESAS FINANCEIRAS
	Juros Passivos 137,58 D
	Despesas Bancárias 678,69 D
	(=) DESPESAS FINANCEIRAS 816,27 D
	(=) DESPESAS ADMINISTRATIVAS *** 393.966,07 D
	(=) Total - DESPESAS OPERACIONAIS *** 393.966,07 D
	(=) Total CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS ** 4.860.898,64 D
	RESULTADO DO EXERCÍCIO
	RECEITAS ----- 5.008.470,81 C
	DESPESAS + CUSTO----- 4.860.898,64 D
	LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO----- 327.572,17

Fonte:- Pesquisa de Campo

Quadro 4– Balanço Patrimonial – Empresa 02

BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 02 - Ano referência 2014			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	2.827.704,41 D	PASSIVO	2.827.704,41 C
ATIVO CIRCULANTE	2.547.035,45 D	PASSIVO CIRCULANTE	1.104.117,35 C
DISPONÍVEL	1.252.645,63 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	670.344,52 C
CAIXA	1.231.148,93 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NACIONAIS	670.344,52 C
Caixa Geral	1.231.148,93 D	BANCO 01	80.666,71 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	21.496,70 D	BANCO 01	72.600,80 C
Título de Capitalização	21.496,70 D	BANCO 02	144.177,00 C
OUTROS CRÉDITOS	**** 306,50 D	BANCO 02	260.000,00 C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	****306,50 D	BANCO 01	12.066,67 C
Imposto de renda Retido na Fonte	**** 306,50 D	BANCO 01	100.833,34 C
ESTOQUES	1.294.083,32 D	FORNECEDORES	362.031,77 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	1.294.083,32 D	FORNECEDORES NACIONAIS	362.031,77 C
Mercadorias Para revenda ST	282.869,52 D	Fornecedor 01	7.370,47 C
Mercadorias Para revenda	1.011.213,80 D	Fornecedor 02	7.774,06 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	280.668,96 D	Fornecedor 03	515,28 C
IMOBILIZADO	280.668,96 D	Fornecedor 04	21.590,12 C
IMOVEIS	24.476,05 D	Fornecedor 05 a 32	324.781,84 C
VEÍCULOS	243.597,77 D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	*** 59.212,57 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	12.590,00 D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	*** 59.212,57 C
Máquinas e Equipamentos	21.732,51 D	ICMS Regime Normal a recolher	3.147,11 C
(-) Deprec. De Máquinas, Equip. e Ferramentas	4.568,53 C	ICMS Parcelamento de Débito a recolher	26.459,60 C
Computadores e Periféricos	5.449,19 D	PIS/PASEP a Recolher	551,51 C
(-)Depreciação de Computadores e Periféricos	3.149,29 C	COFINS a recolher	2.545,03 C
		CSLL Presumido a Recolher	6.824,81 C
		Imposto de Renda Presumido a recolher	7.596,83 C
		Parcelamento Lei 11.941/2009	12.087,68 C
		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	12.528,49 C
		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	7.281,10 C
		Sálários e Ordenados a Pagar	6.019,08 C
		Pró-Labore a Pagar	1.262,02 C
		OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS	3.351,43 C
		INSS a recolher	2.610,99 C
		FGTS a recolher	1.262,02 C
		PROVISÕES	****1.895,96 C
		Provisão para Férias e Encargos	1.895,96 C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	****1.713.972,13 C
		CAPITAL SOCIAL	****56.000,00 C
		CAPITAL SUBSCRITO	**** 56.000,00 C
		Sócio 01	28.000,00 C
		Sócio 02	28.000,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 1.582.777,13 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 1.582.777,13 C
		Lucros Acumulados	1.556.660,73 C
		(-) Prejuízo do exercício em Curso	26.116,40 D

Fonte– Pesquisa de Campo

Quadro 5– Balancete de Verificação – Empresa 02

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - EMPRESA 02 - ANO REFERENCIA 2014	
CONTAS DE RESULTADO	CONTAS DE RESULTADO
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	CUSTO DOS PROD. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS
RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC E SERVIÇOS	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PROD. E MERCAD 2.570.632,41 C	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS 1.992.133,14 D
(=) RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC. SERVIÇO ***2.570.632,41 C	(=)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS 1.992.133,14 D
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(=)Total - CUSTO DOS PRODUTOS, MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS 1.992.133,14 D
(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES 80.838,29 D	DESPESAS OPERACIONAIS
(-) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS 133.674,93 D	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
(=) - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA *** 214.513,22 D	DESPESAS COM PESSOAL 137.396,28 D
RECEITAS FINANCEIRAS	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS 11.255,00 D
JUROS E DESCONTOS 32.763,57 C	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 88.399,30 D
(=) RECEITAS FINANCEIRAS *** 32.763,57 C	DESPESAS GERAIS 61.638,51 D
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS FINANCEIRAS 71.635,43 D
RECEITAS DIVERSAS 29.910,82 C	(=) DESPESAS ADMINISTRATIVAS *** 370.324,52 D
(=) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS *** 29.910,82 C	(=)Total - DESPESAS OPERACIONAIS *** 370.324,52 D
(=)Total - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS ** 2.418.793,58 C	OUTRAS DESPESAS
(=)Total - CONTAS DE RESULTADO ** 2.418.793,58 C	RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS
	PERDAS POR FALTA NO INVENTÁRIO 30.219,52 D
	(=) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS **** 30.219,52 D
	(=)Total OUTRAS DESPESAS **** 30.219,52 D
	(=)Total CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS 2.392.677,18 D
	RESULTADO DO EXERCÍCIO
	RECEITAS ————— 2.418.793,58 C
	DESPESAS + CUSTO ————— 2.392.677,18 D
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ———— 26.116,40

Fonte– Pesquisa de Campo

Entende-se que as informações fornecidas nas Demonstrações Contábeis devem ser relevantes para as necessidades de decisão dos usuários. A informação tem a qualidade da relevância quando é capaz de influenciar as decisões econômicas de usuários, ajudando-os a avaliar acontecimentos passados, presentes e futuros, confirmando ou corrigindo suas avaliações passadas. Como se trata de uso das informações para análise da concessão do crédito bancário, considera-se relevante para essa análise, em relação ao BNB, os balanços que apresentem informações de depreciação; empréstimos e financiamentos e fornecedores,

além de informações de clientes e balanços anteriores para haver uma análise da evolução da empresa. Nesse caso, as informações evidenciadas em ambas as empresas carecem de itens considerados relevantes para analisar a concessão de crédito. No que tange às informações de depreciação, empréstimos e financiamentos e fornecedores, existe evidenciação em ambas as empresas, entretanto estão deficientes sobre os demais aspectos. Para os itens que influenciam o crédito apresentados pelas empresas, segundo o manual interno de procedimentos do Banco, no que tange à depreciação irão influenciar na geração de limites de crédito para Aquisição isolada de Bens de Produção e Financiamento Integrado. As informações de empréstimos e financiamentos afetam os limites de capacidade de pagamento e a obtenção de limites para financiamento em Aquisição Isolada de Bens de Produção, Financiamento Integrado e capital de giro. As informações de fornecedores influenciam sobre o risco do cliente, dada a análise de mercado e concorrência e vulnerabilidades. Nenhuma das empresas identificou devidamente seus credores, além disso, ambas as empresas apresentam um caixa elevado, que sugere uma contradição em relação às razões de buscar empréstimos bancários. Ademais, não foram apresentadas ao Banco, demonstrações de anos anteriores, que compromete a avaliação do desempenho da organização, ou da análise se houve algum crescimento ou queda na posição patrimonial. Assim, os limites de crédito gerados pelas empresas estão relacionados no quadro abaixo:

Quadro 6–Comparativo de Linhas de Crédito x Fatores que influenciam na geração de Limites Empresa 01 e 02

EMPRESA 01			EMPRESA 02		
LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES	LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES
CAPITAL DE GIRO	R\$ 453.142,72	Relação de Caixa x Composição do endividamento + Empréstimos e Financiamentos	CAPITAL DE GIRO	R\$ 67.425,37	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
CHEQUE ESPECIAL	R\$ 151.032,47	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo	CHEQUE ESPECIAL	R\$ 22.472,88	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo
DESCONTOS DE TITULOS	R\$ 453.142,72	Relação de Caixa x Composição do endividamento.	DESCONTOS DE TITULOS	R\$ 67.425,37	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
GIRO	R\$ 453.142,72	Relação de Caixa x Composição do endividamento	GIRO	R\$ 67.425,37	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
INVESTIMENTO	R\$ 3.420.000,00	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	INVESTIMENTO	R\$ 2.062.160,43	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite
AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 1.386.610,68	Informações de Depreciação + proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 1.743.255,17	Depreciação
PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 57.294,71	Empréstimos e financiamento + Resultado do exercício	PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 28.696,67	Índice de Liquidez
TOTAL DO LRG	R\$ 3.420.000,00		TOTAL DO LRG	R\$ 2.219.585,80	

Fonte: Pesquisa de Campo

Desse modo, para a análise da fixação dos limites das duas empresas, levaram-se em conta os seguintes aspectos em relação às empresas: a) ambas as empresas possuem em caixa o valor que representa, aproximadamente, metade do patrimônio, que indica a existência de disponibilidades da empresa, não ensejando fundamentação para valores expressivos em limites para capital de giro; b) em ambas as empresas, existem representação de menos de 10% em ativo imobilizado, sendo plausível a obtenção de limites de crédito para essa finalidade; c) a empresa 01 apresenta resultado líquido do exercício positivo, representando 73% do seu ativo e superior ao valor do Patrimônio Líquido enquanto a empresa 02 apresenta 0,27% do seu ativo, sendo bem inferior que o Patrimônio Líquido. Esses fatores são relevantes para calcular a prestação máxima das empresas, que na 01 representa 2% do valor concedido para limites de crédito, enquanto que o da empresa 02 representa 1%; d) As informações de depreciação das duas empresas ressaltaram a geração de limites para investimentos para aquisição de bens de produção; e) as informações de empréstimos comprometeram os limites de capacidade de pagamento e obtenção de limites para capital de giro da empresa 02; f) Percebe-se que a empresa 02 possui ativo inferior em relação à empresa 01, e ainda assim os limites foram maiores.

As informações de fornecedores influenciaram na geração de risco do cliente, sendo que a empresa 01, cujo número de fornecedores foram mais diversificados, apresentou -na escala de 0,01 a 9,99 - pontuação de 9,95 ,enquanto que a empresa 02, com apenas 01 fornecedor, portanto, maior vulnerabilidade, apresentou pontuação de 9,91. Essa pontuação representa a classificação do cliente, sendo que a quanto maior a nota, menor o provisionamento do saldo devedor para os resultados do Banco. Desse modo, as informações apresentadas foram relevantes para a obtenção de algumas informações sobre limites de créditos perante a instituição, entretanto, a falta de algumas demonstrações complementares não permite que seja evidenciada toda a capacidade financeira da empresa, levando a crer que a qualidade relevância não influencia, de modo consistente, na geração de limites de créditos.

4.2 COMPREENSIBILIDADE

Em seguida, realizou-se a análise da qualidade compreensibilidade, utilizando as Demonstrações de Resultado de Exercício e os balanços patrimoniais das empresas 03 e 04, no ano de 2014, conforme figuras abaixo:

Quadro 7– Balancete de Verificação – Empresa 03

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - EMPRESA 03 - ANO REFERENCIA 2014			
CONTAS DE RESULTADO		CONTAS DE RESULTADO	
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		CUSTO DOS PROD. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS	
RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC E SERVIÇOS		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PROD. E MERCAD	2.366.713,86 C	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.764.270,00 D
(=) RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC. SERVIÇO	**2.366.713,86 C	(=)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.764.270,00 D
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(=)Total - CUSTO DOS PRODUTOS. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS	
(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES	73.643,67 D		1.764.270,00 D
(-) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS	127.369,85 D	DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	*** 201.013,53 D	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
RECEITAS FINANCEIRAS		DESPESAS COM PESSOAL	
JUROS E DESCONTOS	27.618,49 C	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	
(=) RECEITAS FINANCEIRAS	***27.618,49 C	IMPOSTOS; TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		DESPESAS GERAIS	
RECEITAS DIVERSAS	19.708,17 C	DESPESAS FINANCEIRAS	
(=) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	*** 19.708,17 C	(=) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
		*** 435.212,98 D	
(=) Total - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	** 2.263.728,38 C	(=) Total - DESPESAS OPERACIONAIS	
		*** 435.212,98 D	
(=) Total - CONTAS DE RESULTADO	** 2.263.728,38 C	OUTRAS DESPESAS	
		RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	
		PERDAS POR FALTA NO INVENTÁRIO	
		42..821,49D	
		(=) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	
		****42..821,49 D	
		(=) Total OUTRAS DESPESAS	
		**** 42..821,49 D	
		(=) Total CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	
		2.242.304,47 D	
		RESULTADO DO EXERCICIO	
		RECEITAS ----- 2.263.728,38 C	
		DESPESAS + CUSTO----- 2.242.304,47 D	
		LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO-----21.423,91	

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 8– Balanço Patrimonial – Empresa 03

BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 03 - Período referência - ANO/2014			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	3.005.288,69 D	PASSIVO	3.005.288,69 C
ATIVO CIRCULANTE	2.764.610,38 D	PASSIVO CIRCULANTE	1.266.420,52 C
DISPONÍVEL	1.577,843,38 D	FORNECEDORES	920.880,09 C
CAIXA	1.479.422,79 D	FORNECEDORES NACIONAIS	920.880,09 C
Caixa Geral	1.479.422,79 D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	*** 45.980,51 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	98.420,59 D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	*** 45.980,51 C
Banco Bradesco S.A	98.420,59 D	ICMS Regime Normal Recolher	11.455,30 C
OUTROS CRÉDITOS	**** 535,90 D	ICMS Parcelamento do débito a recolher	10.544,22 C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**** 535,90 D	ISSQN a Recolher	159,41 C
ICMS a recuperar	**** 535,90 D	PIS/PASEP a Recolher	1145,02 C
ESTOQUES	1.186.231,10 D	COFINS a recolher	5.284,72 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	1.186.231,10 D	CSLL Presumido a Recolher	7.453,31 C
Mercadorias Para revenda ST	1.186.231,10 D	Imposto de Renda Presumido a recolher	8.291,29 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	240.678,31 D	Parcelamento Lei 11.941/2009	1.647,24 C
IMOBILIZADO	240.678,31 D	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS	2.804,87 C
IMOVEIS	23.036,05 D	INSS a recolher	2.196,45 C
VEÍCULOS	198.178,38 D	FGTS a recolher	608,42 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	19.463,88 D	PROVISÕES	****7.241,47 C
Máquinas e Equipamentos	21.732,51 D	Provisão para Férias e Encargos	7.241,47 C
(-) Deprec. De Máquinas, Equip. e Ferramentas	4.568,53 C	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	*** 3.472,13 C
Computadores e Periféricos	5.449,19 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	*** 3.472,13 C
(-) Depreciação de Computadores e Periféricos	3.149,29 C	BNDDES	7.241,47 C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	****1.735.396,04 D
		CAPITAL SOCIAL	****56.000,00 C
		CAPITAL SUBSCRITO	**** 56.000,00 C
		RESERVAS	****75.195,00 C
		RESERVAS DE CAPITAL	****75.195,00 C
		Correção Monetária	75.195,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	****1.604.201,04 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	****1.604.201,04 c
		Lucros Acumulados	1.582.777,13 C
		(-) Prejuízo do exercício em Curso	21.423,91 c

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 9– Demonstração do Resultado de Exercício – Empresa 04

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - EMPRESA 04 - ANO REFERENCIA 2014	
CONTAS DE RESULTADO	CONTAS DE RESULTADO
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	CUSTO DOS PROD. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS
RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC E SERVIÇOS	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PROD. E MERCAD 3.020.234,00 C	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS 2.743.977,67 D
(=) RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC. SERVIÇO ** 3.020.234,00 C	(=)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS 2.743.977,67 D
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(=)Total - CUSTO DOS PRODUTOS, MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS 2.743.977,67 D
(-) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS	
(-) ICMS 206,84 D	DESPESAS OPERACIONAIS
(-) COFINS 395,49 D	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
(-) PIS/PASEP 91,84 D	DESPESAS COM PESSOAL
(=) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS ***** 694,17 D	Salários e Ordenados 81.871,44 D
(-) - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA ***** 694,17 D	Pró-Labore 14.076,80 D
(=) Total - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇO ** 3.019.539,83 C	13º Salário 21.221,34 D
(=) Total - CONTAS DE RESULTADO ** B47 C	Férias 21.821,71 D
	INSS 97.856,67 D
	FGTS 13.267,82 D
	Assistência Médica e Social 1.772,70 D
	Alimentação 15,70 D
	Contribuição Sindical 521,91 D
	(=) DESPESAS COM PESSOAL *** 252.376,09 D
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES
	Taxas Diversas 4.003,04 D
	Multas de Mora 5.131,22 D
	Juros de Mora 18.854,25 D
	IOF 683,25 D
	ICMS Parcelamento 794,15 D
	CSLL Presumido 32.314,28 D
	IRPJ Presumido 7.371,64 D
	(=) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES **69.151,83 D
	DESPESAS GERAIS
	Material de Construção 471,08 D
	Água e Esgoto 239,98 D
	Telefone 2.029,12 D
	Despesas Postais e Telégrafos 168,10 D
	Material de Escritório 1.149,79 D
	Material de Higiene e Limpeza 187,10 D
	Depreciações e Amortizações 2.550,00 D
	Mensalidades e Associações 2.069,10 D
	Outros Materiais de Consumo 4.054,30 D
	Serviços Prestados por Terceiros - PJ 4.038,63 D
	Outras despesas 171,90 D
	Energia Elétrica 5.904,11 D
	(=) DESPESAS GERAIS ** 27.596,05 D
	DESPESAS FINANCEIRAS
	Juros de Mora 2.400,08 D
	Despesas Bancárias 655,38 D
	(=) DESPESAS FINANCEIRAS 3.055,46 D
	(=) DESPESAS ADMINISTRATIVAS *** 352.179,43 D
	(=) Total - DESPESAS OPERACIONAIS *** 352.179,43 D
	(=) Total CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS ** 3.096.157,19 D
	RESULTADO DO EXERCÍCIO
	RECEITAS ----- 3.096.157,19 C
	DESPESAS + CUSTO ----- 3.019.539,83 D
	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ----- 76.617,36

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 10– Demonstração do Resultado de Exercício – Empresa 04

BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 04 - Ano referência 2014			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	277.963,63 D	PASSIVO	297.963,63 C
ATIVO CIRCULANTE	262.413,63 D	PASSIVO CIRCULANTE	317.075,19 C
DISPONÍVEL	186.091,64 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	195.654,31 C
CAIXA	158.526,03 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NACIONAIS	195.654,31 C
Caixa Geral	158.526,03 D	BANCO 01	80.666,71 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	27.565,61 D	BANCO 01	72.600,80 C
Título de Capitalização	27.565,61 D	BANCO 02	144.177,00 C
OUTROS CRÉDITOS	**** 116,32 D	BANCO 02	260.000,00 C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**** 116,32 D	BANCO 01	12.066,67 C
Imposto de renda Retido na Fonte	**** 116,32 D	BANCO 01	100.833,34 C
ESTOQUES	76.205,67 D	FORNECEDORES	195.654,31 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	76.205,67 D	FORNECEDORES NACIONAIS	195.654,31 C
Mercadorias Para revenda ST	76.205,67 D	Fornecedor 01	492,58 C
		Fornecedor 02	159.246,73 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.550,00 D	Fornecedor 03	115,00 C
IMOBILIZADO	15.550,00 D	Fornecedor 04	33.800,00 C
		Fornecedor 05	2.000,00 C
		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	*** 83.643,51 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERAMENTAS	15.550,00 D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	*** 83.643,51 C
Máquinas e Equipamentos	25.500,00 D	PIS/PASEP a Recolher	19,41 C
(-) Deprec. De Máquinas, Equip. e Ferramentas	11.816,67 C	COFINS a recolher	89,60 C
Computadores e Periféricos	2.000,00 D	CSLL Presumido a Recolher	10.657,90 C
(-)Depreciação de Computadores e Periféricos	133,33 C	Imposto de Renda Presumido a recolher	2.420,51 C
		Parcelamento Lei 11.941/2009	70.456,09 C
		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	37.777,37 C
		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	7.937,62 C
		Sálários e Ordenados a Pagar	6.648,90 C
		Pró-Labore a Pagar	1.288,72 C
		OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS	5.828,13 C
		INSS a recolher	3.004,84 C
		FGTS a recolher	2.719,36 C
		Contribuição Sindical a recolher	103,90 C
		PROVISÕES	**** 24.011,62 C
		Provisão para Férias e Encargos	24.011,62 C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**** 10.000,00 C
		CAPITAL SOCIAL	**** 10.000,00 C
		Capital Integralizado	10.000,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 49.111,56 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 49.111,56 C
		Lucros Acumulados	27.505,80 C
		(-) Prejuízo do exercício em Curso	76.116,40 D

Fonte: Pesquisa de Campo

Percebe-se, numa análise entre as demonstrações, que as informações fornecidas pela empresa 03 e 04 são compreensíveis quanto à forma, à organização espacial e os recursos técnicos empregados. Ambas foram apresentadas de modo a torná-la compreensível por usuários que tenham conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e de contabilidade, e o estudo da informação foi possível ser feito com razoável diligência. Percebe-se a clareza e à objetividade com que a informação contábil é divulgada e o resultado apresentado. Observa-se, porém, menor discriminação dos itens na empresa 04 que não compromete a interpretação do resultado final, ficando claro e evidente que ambas obtiveram Lucros Líquidos no Exercício, obtiveram fechamento correto dos balanços patrimoniais, possuem a evidenciação de valores superiores das receitas operacionais sobre o custo de mercadorias vendidas. Assim, os limites totais estipulados para as empresas 03 e 04 foram baseados na forma clara e objetiva que as informações foram prestadas, permitindo a análise para limites de crédito.

Para análise dessa qualidade, considerou a forma, a organização espacial e os recursos técnicos das informações, com enfoque nos itens dos demonstrativos do resultado de exercício e o item "ativo" do balanço patrimonial, analisando a despeito do faturamento, despesas + custo e o resultado efetivo. Percebe-se, de modo claro, que o faturamento da empresa 03 representa, aproximadamente, 78% do seu ativo, identificando um bom equilíbrio nessa relação. Entretanto, o resultado líquido da empresa foi aproximadamente 1% da receita bruta. Para a empresa 04, cujo faturamento representa quase 11 vezes o valor do seu ativo, o resultado líquido da empresa foi de, aproximadamente, 2,5% sobre a receita bruta. Isso significa que, apesar do volume expressivo das receitas operacionais em relação ao patrimônio da empresa, fica claro que o desempenho operacional não obteve resultados expressivos e razoáveis para crescimento da empresa. Nesse sentido, considera-se os limites gerados, conforme quadro abaixo:

Quadro 9–Comparativo de Linhas de Crédito x Fatores que influenciam na geração de Limites Empresa 03 e 04

EMPRESA 03			EMPRESA 04		
LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES	LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES
CAPITAL DE GIRO	R\$ 57.425,37	Relação de Caixa x Composição do endividamento + Empréstimos e Financiamentos	CAPITAL DE GIRO	R\$ 279.464,12	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
CHEQUE ESPECIAL	R\$ 151.032,47	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo	CHEQUE ESPECIAL	R\$ 12.742,88	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo
DESCONTOS DE TÍTULOS	R\$ 453.142,72	Relação de Caixa x Composição do endividamento.	DESCONTOS DE TÍTULOS	R\$ 279.464,12	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
GIRO	R\$ 453.142,72	Relação de Caixa x Composição do endividamento	GIRO	R\$ 279.464,12	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
INVESTIMENTO	R\$ 1.572.425,37	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	INVESTIMENTO	R\$ 1.405.566,55	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite
AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 986.530,21	Informações de Depreciação + proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 1.023.478,95	Depreciação
PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 10.917,53	Empréstimos e financiamento + Resultado do exercício	PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 9.760,88	Índice de Liquidez
TOTAL DO LRG	R\$ 1.629.585,80		TOTAL DO LRG	R\$ 1.405.566,55	

Fonte– Pesquisa de Campo

Ante o exposto, percebeu-se que os limites para capital de giro das duas empresas foram, respectivamente, 0,3% e 16% sobre o totalde limites gerado, proporcional à baixa margem de lucro, aos expressivos valores do passivo circulante, que refletem sobre a capacidade de pagamento, ainda que existiu um grande valor em vendas.

Com base nessas informações, conclui-se que a compreensibilidade das informações permitiu entender a forma de representação das duas demonstrações, nas duas empresas e, com isso, entender que as informações obtidas, apesar de apresentarem-se de formas diferentes e pressupondo um resultado expressivo no faturamento, os valores de limites gerados em cada uma indicam a correta análise para fixação de limites de créditos.

4.3 CONFIABILIDADE/VERIFICABILIDADE

Para a análise das demonstrações das empresas 05 e 06, foi considerada a ótica da Confiabilidade/Verificabilidade nas demonstrações contábeis e nas fiscais, conforme apresentadas nas figuras abaixo.

Quadro 10 - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF – Empresa 05

MÊS JULHO - SETEMBRO/ 2014	
Totalização dos Tributos e Contribuições Apurados no período	
IRPJ	R\$ 3.594,99
IRRF	
IPI	
IOF	
CSLL	R\$ 2.157,00
PIS/PASEP	
COFINS	
CPMF	
CIDE	
RET/PAGAMENTO UNIFICAÇÃO TRIBUTOS	
CSRF	
COSIRF	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	
TOTAL	

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 11–Balanço Patrimonial – Empresa 05

BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 06 - Período referência - JULHO A SETEMBRO/2014			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	623.315,38 D	PASSIVO	623.315,38 C
ATIVO CIRCULANTE	458.209,98 D	PASSIVO CIRCULANTE	(14.772,94)C
DISPONÍVEL		FORNECEDORES	(32.936,60) C
CAIXA		OBRIGAÇÕES SOCIAIS	*** 2.039,02 C
Numerário em Trânsito	31.886,82 D	INSS A RECOLHER	*** 2.039,02 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	62.878,05 D	OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS	16.124,64 C
CRÉDITOS PARA VENDA	**** 0,00 D	CSLL A PAGAR	6.046,74 C
ESTOQUES	363.445,11 D	IRPJ A PAGAR	10.077,90 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	363.445,11 D	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	****0,00 C
Mercadorias Para revenda ST	363.445,11 D	Pro-Labore	0,00 C
ATIVO PERMANENTE	165.105,40 D	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	*** 514.352,67 C
IMOBILIZADO		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	*** 514.352,67 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERAMENTAS	149.397,60 D	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	****68.700,00 D
Móveis e Utensílios	5.472,10 D	CAPITAL SOCIAL	****68.700,00 C
Instalações	10.235,70 D	CAPITAL SUBSCRITO	**** 68.700,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	****55.035,65 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	****55.035,65 C

Fonte: Pesquisa de Campo

característica de confiabilidade, diferentemente de outras características, ela não deve estar associada a um único item, ou seja, precisa de mais dados para poder haver a comparação. Usando os exemplos dos quadros comparativos, considera-se que, para haver uma informação relevante, os valores encontrados nos documentos fiscais apresentados necessitam ser comparável com outro relatório contábil que evidencie o que foi declarado, desta forma a informação será confiável. Observando os relatórios apresentados, na empresa 06, existe a evidência ao comparar os débitos apurados e os impostos a recolher evidenciados nos balanços patrimoniais, corroborando tais valores. Percebe-se que o período das informações apresentadas na DCTF é o mesmo representado no Balanço Patrimonial. Entretanto, para a empresa 05, tal situação não é possível, dado que as informações apresentadas na DCTF foram dos períodos Junho a Dezembro de 2014 e as informações apresentadas no balanço patrimonial foram referentes a todo o período de 2014.

Ainda nesse sentido, é pertinente a abordagem da melhoria verificabilidade, no intuito de tentar chegar a um consenso, ainda que não cheguem a um completo acordo, sobre as informações apresentadas. Nos exemplos dados nas empresas 05 e 06, a consolidação dos valores finais do ativo e do passivo seriam bastante para haver a verificabilidade das informações. Para a empresa 05, essa assertiva torna-se verdadeira, dado que a consolidação do balanço e o correto período de análise, permite que os valores apresentados na DCTF, e apresentado no balanço Patrimonial, agreguem a comparabilidade e a verificabilidade da informação. Já na empresa 06, a diferença entre os períodos inviabiliza a comparação e a verificação sobre as informações apresentadas.

No tocante à análise dos limites de créditos, para essas empresas, por terem sido apresentadas apenas o balanço patrimonial e a DCTF para geração de limites, ficou limitada a análise do crédito. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta os limites gerados para as duas empresas.

Quadro 14—Comparativo de Linhas de Crédito x Fatores que influenciam na geração de limitesempresas 05 e 06

EMPRESA 05			EMPRESA 06		
LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES	LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES
CAPITAL DE GIRO	R\$ 106.940,04	Relação de Caixa x Composição do endividamento + Empréstimos e Financiamentos	CAPITAL DE GIRO	R\$ 151.032,04	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
CHEQUE ESPECIAL	R\$ 35.643,11	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo	CHEQUE ESPECIAL	R\$ 12.742,88	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo
DESCONTOS DE TÍTULOS	R\$ 106.940,04	Relação de Caixa x Composição do endividamento.	DESCONTOS DE TÍTULOS	R\$ 151.032,04	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
GIRO	R\$ 106.940,04	Relação de Caixa x Composição do endividamento	GIRO	R\$ 151.032,04	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
INVESTIMENTO	R\$ 968.816,57	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	INVESTIMENTO	R\$ 1.160.464,12	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite
AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 327.597,11	Informações de Depreciação + proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 856.102,54	Depreciação
PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 13.509,04	Empréstimos e financiamento + Resultado do exercício	PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 19.539,99	Índice de Liquidez
TOTAL DO LRG	R\$ 1.075.756,60		TOTAL DO LRG	R\$ 1.685.030,67	

Fonte: Pesquisa de Campo

Percebe-se que os linhas de créditos gerados para a empresa 05 e 06 foi de, aproximadamente 10%, de limites concedidos para o capital de giro em relação ao total de limites disponibilizados. Essas informações, associadas às informações do ativo apresentadas no balanço patrimonial, revela que existem proporções de caixa sobre o ativo da empresa diferentes, ambas estando com disponibilidade baixa para comprometimento de novas obrigações, porém com um valor expressivo para estoque. Apesar dos limites gerados e da possibilidade de comparar as informações das demonstrações contábeis com o relatório fiscal, que é uma ferramenta para evidenciação e boa confiabilidade, as demonstrações apresentadas não geram um bom grau de confiança para as informações apresentadas, ficando evidente que os limites gerados para essas empresas não foram influenciados pela qualidade comparabilidade.

4.4 MATERIALIDADE

Em seguida, foram usadas as informações encontradas nos Balanços Patrimoniais e nas Demonstrações de Resultado de Exercício, no ano de 2014, das empresas 07 e 08, para avaliar o que tange a materialidade, conforme quadro abaixo:

Quadro 15– Demonstração do Resultado de Exercício – Empresa 07

CONTAS DE RESULTADO		CONTAS DE RESULTADO	
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		CUSTO DOS PROD. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS	
RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC E SERVIÇOS		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PROD. E MERCAD	2.754.401,16 C	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.943.794,61 D
(=) RECEITA BRUTA DE VENDA PROD. MERC. SERVIÇO	** 2.754.401,16 C	(=)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.943.794,61 D
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(=)Total - CUSTO DOS PRODUTOS. MERCAD. E SERVIÇOS VENDIDOS	
(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES		1.943.794,61 D	
(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES		83.570,21 D	
(=)(-) IMPOSTOS INCID. S/ VENDAS E SERVIÇOS		*** 102.256,81 D	
(-) - DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		****185.827,02 D	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	20.273,16 C	DESPESAS OPERACIONAIS	
RECEITAS DIVERSAS	20.273,16 C	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
(=)OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	20.273,16 C	DESPESAS COM PESSOAL	93.606,75 D
		ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	9.445,00 D
		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	51.691,57 D
		DESPESAS GERAIS	54.445,76
		DESPESAS FINANCEIRAS	84.529,59 D
		(=) Total - DESPESAS OPERACIONAIS	*** 291.718,67 D
		OUTRAS DESPESAS	
(=) Total - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇO	2.589.694,24 C	RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	19.345,35 D
		PERDAS POR FALTA NO INVENTÁRIO	19.345,35 D
		(=)RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	19.345,35 D
(=) Total - CONTAS DE RESULTADO	** 2.589.694,24 C	(=) Total - OUTRAS DESPESAS	19.345,35 D
		(=) Total - CONTAS DE RESULTADO - CUSTOS E DESPESAS	2.254.858,63 D
		CONTAS DE APURAÇÃO	
		APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	
		APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	
		APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	21.183,94 D
		APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	21.183,94 D
		(=) Total - APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	21.183,94 D
		(=) Total - CONTAS DE APURAÇÃO	21.183,94 D
		RESULTADO DO EXERCICIO	
		RECEITAS -----	2.589.694,24 C
		DESPESAS + CUSTO-----	2.276.042,57 D
		LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO-----	313.651,67

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 16– Balanço Patrimonial – Empresa 07

BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 07 - Ano referência 2015			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	2.744.174,95 D	PASSIVO	2.744.174,95C
ATIVO CIRCULANTE	2.498.789,55 D	PASSIVO CIRCULANTE	933.972,26 C
DISPONÍVEL	1.097.824,77 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	477.366,67 C
CAIXA	1.096.328,07 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NACIONAIS	477.366,67 C
Caixa Geral	1.096.328,07 D	BANCO 01	168.666,67 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.496,70 D	BANCO 01	135.000,00C
Título de Capitalização	1.496,70 D	BANCO 02	37.700,00 C
OUTROS CRÉDITOS	59.423,83 D	BANCO 02	136.000,00 C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	59.423,83 D	FORNECEDORES	396.300,00 C
Imposto de renda Retido na Fonte	59.423,83 D	FORNECEDORES NACIONAIS	396.300,00 C
ESTOQUES	1.341.540,95 D	Fornecedor 01	5.737,76 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	1.341.540,95 D	Fornecedor 02	2.158,98 C
Mercadorias Para revenda ST	288.028,85D	Fornecedor 03	5.510,87 C
Mercadorias Para revenda	1.053.512,10 D	Fornecedor 04	1.886,18C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	245.385,40 D	Fornecedor 05 a 23	381.006,21 C
IMOBILIZADO	25.916,05 D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	*** 52.881,86 C
		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	*** 52.881,86 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERAMENTAS	55.385,40D	PIS/PASEP a Recolher	741,03 C
Máquinas e Equipamentos	43.568,73 D	COFINS a recolher	3.420,14 C
(-) Deprec. De Máquinas, Equip. e Ferramentas	11.816,67 C	CSLL Presumido a Recolher	8.918,06 C
Computadores e Periféricos	2.000,00 D	Imposto de Renda Presumido a recolher	9.908,06 C
(-)Depreciação de Computadores e Periféricos	133,33 C	Parcelamento Lei 11.941/2009	29.894,57 C
		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	7.423,54 C
		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	4.629,00 C
		Sálários e Ordenados a Pagar	4.629,00 C
		OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS	2.794,54 C
		INSS a recolher	2.221,87 C
		FGTS a recolher	572,67 C
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	95.554,02 C
		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	95.554,02 C
		EMPRÉSTIMOS NACIONAIS	
		BANCO 03	95.554,02 C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.714.648,67 C
		CAPITAL SOCIAL	****56.000,00 C
		Capital Integralizado	56.000,00 C
		RESERVAS	****75.195,00 C
		RESERVAS DE CAPITAL	****75.195,00 C
		Correção Monetária	75.195,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.583.453,67 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.583.453,67 C
		Lucros Acumulados	1.269.802,00 C
		Lucro do exercício em Curso	313.651,67 D

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 17– Balanço Patrimonial – Empresa 08**BALANÇO PATRIMONIAL - Empresa 08 - Ano referência 2015**

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO	217.763,63 D	PASSIVO	217.763,63 C
ATIVO CIRCULANTE	242.413,63 D	PASSIVO CIRCULANTE	317.075,19 C
DISPONÍVEL	186.091,64 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	195.654,31 C
CAIXA	138.526,03 D	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NACIONAIS	195.654,31 C
Caixa Geral	138.526,03 D	BANCO 01	80.666,71 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	27.565,61 D	BANCO 01	22.600,80 C
Título de Capitalização	27.565,61 D	BANCO 02	944.177,00 C
OUTROS CRÉDITOS	**** 116,32 D	BANCO 02	220.000,00 C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**** 116,32 D	BANCO 01	12.066,67 C
Imposto de renda Retido na Fonte	**** 116,32 D	BANCO 01	100.833,34 C
ESTOQUES	56.205,67 D	FORNECEDORES	145.654,31 C
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	56.205,67 D	FORNECEDORES NACIONAIS	15.654,31 C
Mercadorias Para revenda ST	76.205,67 D	Fornecedor 01	492,58 C
		Fornecedor 02	159.246,73 C
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.550,00 D	Fornecedor 03	115,00 C
IMOBILIZADO	15.550,00 D	Fornecedor 04	33.800,00 C
		Fornecedor 05	2.000,00 C
		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	*** 83.643,51 C
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERAMENTAS	15.550,00 D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	*** 83.643,51 C
Máquinas e Equipamentos	25.500,00 D	PIS/PASEP a Recolher	19,41 C
(-) Deprec. De Máquinas, Equip. e Ferramentas	11.816,67 C	COFINS a recolher	89,60 C
Computadores e Periféricos	2.000,00 D	CSLL Presumido a Recolher	10.657,90 C
(-)Depreciação de Computadores e Periféricos	133,33 C	Imposto de Renda Presumido a recolher	2.420,51 C
		Parcelamento Lei 11.941/2009	70.456,09 C
		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	37.777,37 C
		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	7.937,62 C
		Sálários e Ordenados a Pagar	6.648,90 C
		Pró-Labore a Pagar	1.288,72 C
		OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS	5.828,13 C
		INSS a recolher	3.004,84 C
		FGTS a recolher	2.719,36 C
		Contribuição Sindical a recolher	103,90 C
		PROVISÕES	**** 14.011,62 C
		Provisão para Férias e Encargos	14.011,62 C
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**** 25.000,00 C
		CAPITAL SOCIAL	**** 25.000,00 C
		Capital Integralizado	25.000,00 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 49.111,56 C
		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**** 49.111,56 C
		Lucros Acumulados	27.505,80 C
		(-) Prejuízo do exercício em Curso	76.617,36 D

Fonte: Pesquisa de Campo

Analisou-se, em primeira instância, o que tange a relevância das informações em relação à natureza e a materialidade. No presente caso, a natureza das DRE apresentadas por si só, é suficiente para determinar a sua relevância, dado que os elementos indispensáveis a essa estrutura estão todos elencados e dispostos em acordo com as normas brasileiras de contabilidade. No aspecto material, um dos pontos a ser observado em relação à geração de limites de créditos no BNB é que, uma omissão ou distorção, de algum item irá influenciar nas decisões econômicas, em especial no sentido de gerar informações para distribuição dos limites, podendo dificultar a interpretação para aprovação de algumas das linhas de créditos disponíveis.

No presente caso, as informações apresentadas pela empresa 08 apresentaram materialidade em relação aos juros e multa de mora evidenciados na DRE, item não existente na empresa 07. Percebe-se que a empresa 07 apresenta empréstimos e financiamentos em bancos, cujo percentual está, aproximadamente, em 90% do valor do ativo. Já a empresa 08, possui empréstimos e financiamentos no percentual de 14% do ativo. Entretanto, em relação às duas empresas, a existência desses juros de mora, bem como a multa enseja para a empresa 08 em uma informação que compromete a decisão do crédito, conforme quadro abaixo:

Quadro 19–Comparativo de Linhas de Crédito x Fatores que influenciam na geração de limites empresa 07 e 08

EMPRESA 07			EMPRESA 08		
LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES	LINHA DE CRÉDITO	VALOR (R\$)	FATORES QUE INFLUENCIA NA GERAÇÃO DE LIMITES
CAPITAL DE GIRO	R\$ 986.610,68	Relação de Caixa x Composição do endividamento.	CAPITAL DE GIRO	R\$ 198.904,76	Relação de Caixa x Composição do endividamento + Empréstimos e Financiamentos
CHEQUE ESPECIAL	R\$ 42.472,88	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo	CHEQUE ESPECIAL	R\$ 35.643,11	Proporção Saldo de Caixa x Valor do Ativo
DESCONTOS DE TÍTULOS	R\$ 986.610,68	Relação de Caixa x Composição do endividamento.	DESCONTOS DE TÍTULOS	R\$ 198.904,76	Relação de Caixa x Composição do endividamento.
GIRO	R\$ 986.610,68	Relação de Caixa x Composição do endividamento.	GIRO	R\$ 198.904,76	Relação de Caixa x Composição do endividamento
INVESTIMENTO	R\$ 2.433.389,32	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite	INVESTIMENTO	R\$ 1.863.255,67	Considera a proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite
AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 856.102,54	Depreciação	AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 327.597,11	Informações de Depreciação + proporção Ativo Imobilizado x Ativo = Menor proporção = Maior limite
PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 19.539,99	Índice de Liquidez	PRESTAÇÃO MÁXIMA AQUISIÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO	R\$ 15.309,04	Empréstimos e financiamento + Resultado do exercício
TOTAL DO LRG	R\$ 3.420.000,00		TOTAL DO LRG	R\$ 2.062.160,43	

Fonte: Pesquisa de Campo

Assim, observa-se que em relação aos valores de ativos das duas empresas, há uma discrepância considerável, pois, pode-se verificar que, embora o valor de ativo da empresa 08 seja consideravelmente maior, o resultado do exercício é proporcionalmente mais baixo que o da empresa 07. Além disso, cabe ressaltar que as evidenciações de juros e multa comprometeram os limites de créditos da empresa 08, o que permite dizer que tais informações são materiais e influenciaram na geração de limites de créditos junto à Instituição.

4.5 COMPARABILIDADE

Para identificar a qualidade de comparabilidade, necessitava de Demonstrações Contábeis e Fiscais capazes de comparar o desempenho da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Em relação às empresas 09 e 10, foram apresentados documentos que permitiram a avaliação dos últimos 12 meses e a estimativa dos próximos 12 meses, conforme figuras abaixo:

Quadro 20– Relação de Faturamento x Previsão de Faturamento – Empresa 09

EMPRESA 09			EMPRESA 09		
RELAÇÃO DE FATURAMENTO - ULTIMOS 12 MESES - RETIRADOS DO EXTRATO DO SIMPLES NACIONAL			PREVISÃO DE FATURAMENTO - PROXIMOS 12 MESES		
MÊS REFERENCIA	VALOR		MÊS REFERENCIA	VALOR	
fev/14	R\$	270.480,43	mar/15	R\$	307.458,00
mar/14	R\$	327.222,27	abr/15	R\$	270.480,43
abr/14	R\$	349.314,12	mai/15	R\$	327.222,27
mai/14	R\$	396.648,57	jun/15	R\$	349.314,12
jun/14	R\$	321.271,56	jul/15	R\$	396.648,57
jul/14	R\$	245.008,74	ago/15	R\$	321.271,56
ago/14	R\$	254.356,05	set/15	R\$	245.008,74
set/14	R\$	332.801,33	out/15	R\$	254.356,05
out/14	R\$	282.630,24	nov/15	R\$	332.801,33
nov/14	R\$	331.545,69	dez/15	R\$	282.630,24
dez/14	R\$	179.847,15	jan/16	R\$	331.545,69
jan/15	R\$	473.267,23	fev/16	R\$	179.847,15
TOTAL	R\$	3.764.393,38	TOTAL	R\$	3.598.584,15

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 21– Relação de Faturamento x Previsão de Faturamento – Empresa 10

EMPRESA 10			EMPRESA 10		
RELAÇÃO DE FATURAMENTO - ULTIMOS 12			VISÃO DE FATURAMENTO - PROXIMOS 12 ME		
MÊS REFERENCIA	VALOR		MÊS REFERENCIA	VALOR	
dez/14	R\$	109.673,29	dez/14	R\$	178.900,00
ago/14	R\$	123.865,90	jan/15	R\$	178.900,00
set/14	R\$	115.087,35	fev/15	R\$	178.900,00
out/14	R\$	112.908,45	mar/15	R\$	178.900,00
nov/14	R\$	114.236,60	abr/15	R\$	178.900,00
dez/14	R\$	114.287,39	mai/15	R\$	178.900,00
jan/15	R\$	102.398,34	jun/15	R\$	178.900,00
fev/15	R\$	103.801,33	jul/15	R\$	178.900,00
mar/15	R\$	104.876,56	ago/15	R\$	178.900,00
abr/15	R\$	110.459,87	set/15	R\$	178.900,00
mai/15	R\$	111.087,23	out/15	R\$	178.900,00
jun/15	R\$	113.987,34	nov/15	R\$	178.900,00
TOTAL	R\$	1.336.669,65	TOTAL	R\$	2.146.800,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Entretanto, para evidenciar a referida qualidade, as informações devem, também, ser capazes de comparar as Demonstrações Contábeis para avaliar as posições patrimoniais e financeiras, desempenhos e fluxos de caixa relativos, o que não é possível com as informações apresentadas à Instituição. Assim, a mensuração e a apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos e condições devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes. Adicionalmente, para uma completa análise da referida qualidade, devem ser informados das políticas contábeis empregadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, e de quaisquer mudanças nessas políticas e dos efeitos dessas mudanças. Assim, para essa qualidade, as informações fornecidas não configuraram suficientes para que essa qualidade influenciasse na geração de limites de créditos bancários.

4.6 TRANSPARÊNCIA

Em última instância, foram usadas todas as informações apresentadas pelas empresas acima, para analisar a transparência das demonstrações apresentadas. Para essa análise, a transparência, foi avaliada a ampla informação específica divulgada para aqueles que estão fora da organização, nesse caso o BNB. Para essa avaliação, utilizou-se como referência as

demonstrações que combinam critérios, para obter a transparência das demonstrações, a saber: Forma e Disposição das demonstrações Contábeis; Notas Explicativas; Quadro e demonstrações suplementares; Demonstrações Complementares; parecer de auditores. Todas as empresas analisadas estavam carentes dessas demonstrações. No entanto, todas as empresas analisadas possuíam limites gerados para as várias linhas de crédito fornecidas pelo banco, considerando apenas as demonstrações de Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício, levando ao entendimento de que a transparência das demonstrações não influenciou diretamente na geração dos limites de créditos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise individualizada do comportamento da amostra quanto à qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, procurou-se estabelecer uma análise conjunta do uso desses relatórios. Essa interação foi realizada com vistas na identificação se houve erro ou acerto na fixação de limites, diante das demonstrações apresentadas

Do exposto infere-se pelas demonstrações recebidas pela Agência do Banco do Nordeste do Brasil, localizado em Itapetinga-BA para as amostra objeto de estudo analisadas, a relevância, a Confiabilidade/Verificabilidade, a Comparabilidade e a Transparência não influenciaram no processo de geração de limites de créditos. Apenas a Compreensibilidade e a Materialidade que foram relevantes e influenciaram nesse processo.

As informações obtidas permitiram a verificação do desempenho das entidades, mas não tornou possível evidenciar que elas são consoante com a realidade, capazes de integrar a informação monetária e não monetária, constituindo uma ferramenta de controle para as operações e fornecendo informação útil para a tomada de decisões. Desse modo, os limites de créditos gerados nas instituições financeiras não foram revestidos de parâmetros que adequam o crédito à capacidade real de pagamento do cliente, influenciando na fixação do limite de crédito, tendo como prováveis consequências para isso: aumento do risco do cliente, aumento da insatisfação do cliente e diminuição na eficácia do fomento das atividades econômicas da região.

Sugere-se que a referida Instituição busque mecanismos de critérios mais rigorosos na apuração dos seus limites de crédito, visando uma melhor, e mais confiável, metodologia de análise do crédito, para evitar riscos desnecessários e eventuais transtornos financeiros posteriores.

6 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico – financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos. São Paulo: Atlas, 2006.

BARALDI, Maria Regina. Manual de política e processo decisório de crédito. São Paulo: IBCD, 1990.

BLAT, Adriano. Análise de balanços – Estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. São Paulo: Makron Books, 2001

BRAGA, Hugo Rocha, ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Mudança das contábeis na lei societária, São Paulo: Atlas, 2008. p. 11-3; 138-9.

BRUNI, Adriano Leal. A Análise Contábil e Financeira. São Paulo: Atlas, 2011.

CARLETO, Benedita Bernardes N.; SOUZA, Ernesto Dias de. Curso de interpretação e análise de balanços. IOB A Thomson Company, s/d. p.25;67-99; e 105. **Demonstrações contábeis**, São Paulo: Atlas, 1999. p. 124 -166

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: s/d (a) 7-18.

CARLETO, Benedita Bernardes N.; SOUZA, Ernesto Dias de. Curso de interpretação e análise de balanços. IOB A Thomson Company, s/d. p.25;67-99; e 105.

DE BRUYNE, Paul, HERMAN, Jacques & DE SCHOUTHEETE, Marc (1974). Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique. Paris, Presses Universitaires de France.

ELLIOT, B.; ELLIOT, J. Financial accounting and reporting. 2. ed. UK: Prentice Hill Europe, 1996.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 10. Ed. São Paulo: Pearson, 2008

HENDRIKSEN, Eldon S. e VON BREDA, Michel F. Teoria da Contabilidade. 5.ed. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LEMES JR., Antonio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Cláudio Miessa. Administração financeira; fundamentos e praticas brasileiras. Rio de janeiro. Campus, 2002.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial. Atlas, 6ª ed. 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, V. (2004). O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. Psicologia. Reflexão e Crítica.

MORI, Daniela Bortolotto. Análise das Demonstrações Financeiras: sua importância para concessão de crédito. Ciências Sociais Aplicadas da UFPR. Curitiba/PR, 2011. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/28140/DANIELA%20BORTOLOTT%20MORI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 out. 2013.

NOBES, C.W. A judgmental international classification of financial reporting practices. Journal of Business, Finance and Accounting 10 (1983),

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; COSTA, Patrícia de Souza; AQUINO, Ducineli Régis Botelho de. Principais Causas das Diferenças Internacionais no Financial Reporting: uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. In: XXIX Encontro da ANPAD, 2005, Brasília. XXIX Encontro da ANPAD, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2000.

POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 1972.

RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e análise de balanços fácil. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SAUDAGAHN, S. M. International accounting: a user perspective. 2. ed. USA: South-Western, 2004.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Alexandre Alcântara. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

TORRES, Cláudio de Oliveira. Manual de gerenciamento de risco de crédito. São Paulo: IBCD, 1993.

VICENCONTI, Paulo E. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 11ª ed. São Paulo: Frase, 2002

WEFFORT, E. F. J. O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional. São Paulo: Atlas, 2005.